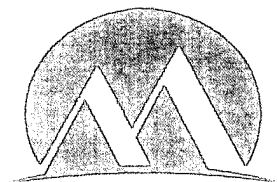




ANEXO I



MARUMBI

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A

C.N.P.J./M.F. 14.820.785/0001-53

Inscrição Estadual 90582569-08

Rua Comendador Araujo, 143 - 19º Andar - Centro - Curitiba - PR

marumbienergia.com.br

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

2017

Marumbi Transmissora de Energia S/A

Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017

CONTEÚDO

Relatório da Administração	3
Balanço Patrimonial - Ativo	9
Balanço Patrimonial - Passivo e Patrimônio Líquido	10
Demonstrações de Resultados	11
Demonstração do Resultado Abrangente	12
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	13
Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto	14
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	16
Parecer dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras	31
Parecer do Conselho Fiscal sobre o relatório Anual da Administração, sobre o balanço patrimonial e sobre as demais demonstrações financeiras	34

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

1 - AOS ACIONISTAS

A Administração da Marumbi Transmissora de Energia S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício de 2017, bem como o Relatório dos Auditores Independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

2 - A EMPRESA

Constituída em 19 de dezembro de 2011 com o propósito específico de implantação, operação e exploração comercial das instalações de transmissão caracterizadas no ANEXO 6F do Edital do Leilão nº 06/2011- ANEEL, que originou o Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia nº 008/2012 – ANEEL, datado de 10 de maio de 2012, com um Capital Autorizado pelos acionistas de R\$ 100 milhões, compostas pela Linha de Transmissão Curitiba – Curitiba Leste, em 525 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 29,04 km, com origem na Subestação Curitiba e término na Subestação Curitiba Leste e pela Subestação Curitiba Leste 525/230 kV e entradas de linha, interligações de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

São de responsabilidade da TRANSMISSORA a implementação, das instalações de transmissão de rede básica, o trecho de Linha de Transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 1,5 km, compreendido entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão em 230 kV Uberaba – Posto Fiscal e a Subestação Curitiba Leste, as Entradas de Linha correspondentes na Subestação Curitiba Leste, e a aquisição de equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas Entradas de Linha das Subestações Uberaba e Posto Fiscal e o trecho em Linha de Transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 7,5 km, compreendido entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão em 230 kV Santa Mônica – Distrito Industrial de São José dos Pinhais e a Subestação Curitiba Leste, as Entradas de Linha correspondentes na Subestação Curitiba Leste, e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas Entradas de Linha das Subestações Santa Mônica e Distrito Industrial de São José dos Pinhais.

Este empreendimento entrou em operação comercial em junho de 2015 com investimentos na ordem de R\$ 117,7 milhões de reais, auferindo a partir desta data as receitas mensais previstas no Contrato de Concessão nº 008/2012, firmado com a ANEEL.

No ano de 2014 a SPE Marumbi recebeu, através da Resolução Autorizativa ANEEL nº 4.807 de 26 de agosto de 2014, autorização para implantar reforços nas instalações de transmissão de energia elétrica sob sua responsabilidade, especificamente: a instalação de 02 (dois) Bancos de Capacitores 230 kV, 2x100 MVar e conexões, na Subestação Curitiba Leste, que em maio de 2016 entrou em operação comercial com investimentos na ordem de R\$ 8,8 milhões, auferindo a partir desta data as receitas mensais previstas na Resolução Autorizativa emitida pela ANEEL.

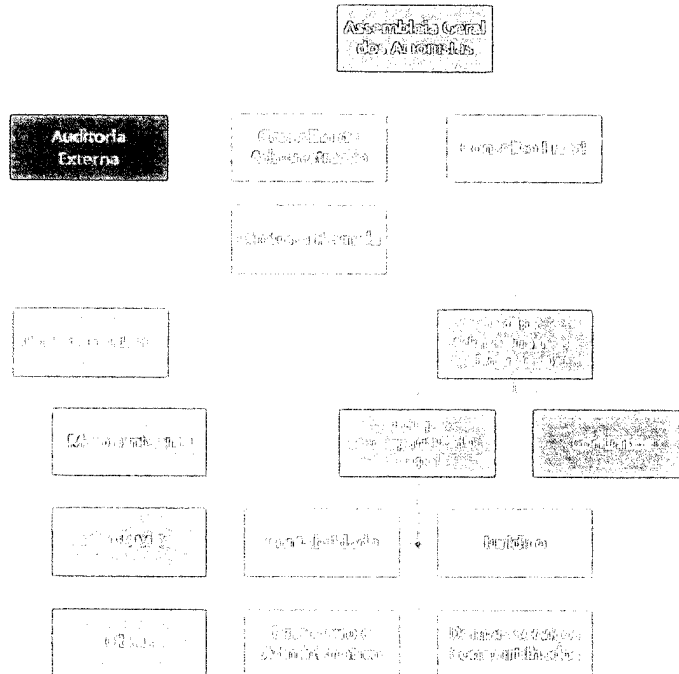
Desta forma, também é de responsabilidade da Marumbi Transmissora de Energia S.A., operar e manter o respectivo reforço junto com as demais instalações operacionais do empreendimento Marumbi.

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO

REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

3 - ORGANOGRAMA DA EMPRESA

A seguir, o organograma empresarial da SPE Marumbi Transmissora de Energia S.A. em 31.12.2017:



4 - GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE

A SPE Marumbi segue o modelo de Governança da COPEL, Controladora de sua Acionista Majoritária, Copel Geração e Transmissão S.A., que é pautado pela transparência, conformidade e responsabilidade social empresarial, conforme práticas propostas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC.

São quatro princípios que orientam a Governança Corporativa: Transparência, Equidade, Prestação de Contas e Responsabilidade Corporativa. Com base nestes princípios, a Controladora COPEL desenvolveu sua Política de Governança para estabelecer o padrão e as melhores práticas de Governança Corporativa a serem adotadas pela Controladora e suas subsidiárias onde está incluída a SPE Marumbi Transmissora de Energia S.A.

Para que a atuação seja permanentemente conduzida por princípios moralmente positivos, todos que atuam em nome da Empresa são regidos por um Código de Conduta desenvolvido em consonância com os valores da Controladora COPEL, os Princípios do Pacto Global e os princípios da Governança Corporativa.

Em 2016, a Controladora da Acionista Majoritária avançou no aprimoramento das suas práticas de Governança Corporativa com a criação da Diretoria de Governança, Risco e Compliance. A criação desta Diretoria antecipou o cumprimento de exigências da Lei Anticorrupção – regulamentada em 2015 e da nova Lei das Estatais nº 13.303/2016.

4.1 - Estrutura de Governança

A estrutura de Governança da Empresa em 31.12.2017 e a demonstrada no organograma, conforme item 3

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO

REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

4.2 - Práticas de Integridade

A SPE Marumbi segue as práticas e políticas de Governança adotadas pela Controladora da Acionista Majoritária no tocante a Diretoria reunida, Conselho Fiscal e Conselho de Administração.

Programa de integridade

A SPE Marumbi adota o Programa de integridade da Controladora da Acionista Majoritária através do Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos firmado com a COPEL, a partir do alinhamento com o Pacto Global da ONU e o compromisso público com o combate a corrupção adota ferramentas internas para disseminar a conduta ética e identificar desvios.

Canal de denúncia

O site da SPE Marumbi na Internet disponibiliza um atalho para o canal de denúncia da Controladora da Acionista Majoritária, onde a população em geral pode registrar quaisquer desvios de conduta.

Código de conduta

A SPE Marumbi adota o mesmo Código de Conduta Empresarial da Controladora da Acionista Majoritária que está alinhado aos valores, aos Princípios do Pacto Global da ONU e as diretrizes de Governança Corporativa da Controladora da Acionista Majoritária.

Auditoria Externa

A SPE Marumbi segue as diretrizes de Governança Corporativa da Controladora de sua Acionista Majoritária, que por sua vez segue os dispositivos legais estabelecidos pela CVM.

A SPE Marumbi é auditada pela empresa Maciel Auditores S/S, que atua em todo território nacional e além de uma parceria internacional com a GGI.

4.3 - Composição dos grupos responsáveis pela Governança

Conselho de Administração

Presidente: Claudio Bragança M. Falcão - Copel

Membro: Ilmar da Silva Moreira - Copel

Membro: Wladimir Vieira - Eletrosul

Conselho de Fiscal

Presidente: Gerson José Gonçalves - Copel

Membro: Edson Augusto Buch - Eletrosul

Membro: Tarcísio Kemper - Eletrosul

Diretoria

Diretor Presidente: Alfonso Schmitt

Diretor Administrativo Financeiro: Valdenir José Bertaglia

Contador

CRC/PR 060139/0-8: Luiz Fernando Capeloto Macohin - COPEL GET

Informações sobre este Relatório:

Fone +55 (41) 3028-4322

E-mail: marumbi@marumbienergia.com.br Site: <http://www.marumbienergia.com.br/>

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

5 - SISTEMA DE TRANSMISSÃO DA EMPRESA

O sistema elétrico da Marumbi Transmissora de Energia S.A., integrou a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional - SIN no fim do mês de junho de 2015, cuja coordenação da operação é o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, com o qual foi celebrado o respectivo Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST nº 018/2012, em 10 de julho de 2012.

Os ativos da SPE Marumbi Transmissora de Energia S.A., são os seguintes:

- 1) Uma entrada de linha de 525 kV na subestação Curitiba da Eletrosul;
- 2) Uma Linha de Transmissão de 525 kV que interliga a subestação Curitiba com a subestação Curitiba Leste passando pelos municípios de Curitiba, Fazenda Rio Grande e São José dos Pinhais;
- 3) Subestação Curitiba Leste 525/230 kV com um Banco de Transformadores de 672 MVA mais um equipamento reserva de 224 MVA e dois Bancos de Capacitores conectados na barra de 230 kV com potência de 100 MVar cada Banco;
- 4) Os Secionamentos das linhas de 230 kV Uberaba - Posto Fiscal e Santa Mônica - Distrito Industrial de São José dos Pinhais foram transferidos (Transferência não Onerosa) para a Copel Geração e Transmissão S.A., de acordo com as obrigações constantes do Leilão da ANEEL para o empreendimento Marumbi.

6 - DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL

6.1 - Fornecedores

A SPE Marumbi é uma Sociedade de capital fechado, e está sujeita a Lei 8.666/93 e a Lei Estadual do Paraná, nº 15.608/2007, levando a administração adotar as mesmas práticas e obrigações de sua Acionista Majoritária, Copel Geração e Transmissão S.A.

Como todo processo de seleção de fornecedores está restringido por estas Leis, a Empresa não escolhe os fornecedores. A SPE Marumbi exige a conformidade com a legislação trabalhista e fiscal nos editais de licitação e em cláusulas contratuais. Se utiliza ainda de manuais de cadastramento de fornecedores e normas e manuais técnicos da Controladora e Acionista Majoritária, permanentemente disponibilizada online, no site da COPEL; www.copel.com

6.2 - Clientes

A SPE Marumbi adota no seu modelo de administração o diálogo permanente com os seus acionistas, consumidores, prestadores de serviço, fornecedores, governo e comunidades visando à perenidade dos seus negócios.

6.3 - Comunidade e Meio Ambiente

Os impactos socioeconômicos das atividades da Empresa se apresentam em diferentes magnitudes e de acordo com a característica do seu projeto. A Empresa busca agir em consonância com a Política de Sustentabilidade e o Código de Conduta Empresarial da Controladora de sua Acionista Majoritária visando sempre a perenidade dos seus negócios.

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

As condicionantes ambientais das licenças de operação da Subestação Curitiba Leste e da Linha de Transmissão de 525 kV, que passa por três municípios entre as cidades de Curitiba, Fazenda Rio Grande e São José dos Pinhais no Estado do Paraná, foram todas atendidas no exercício de 2017, viabilizando desta forma, a renovação das licenças ambientais pelo Instituto Ambiental do Paraná – IAP, quando as licenças de operação em vigor, precisarem ser renovadas no ano de 2019.

7 - DESEMPENHO ECONOMICO-FINANCEIRO

Conforme Contrato de Concessão, Subestações, Linhas de Transmissão e mais a ampliação de 02 (dois) Bancos de Capacitores, a prestação do serviço de transmissão está sendo remunerada mediante o pagamento da Receita Anual Permitida – RAP, a partir da data da disponibilização das instalações para a operação comercial, sendo reajustada anualmente no mês de julho de cada ano, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

O faturamento médio mensal da Companhia no exercício de 2017 foi de R\$ 1,58 milhões, totalizando no ano de 2017 o montante de R\$ 18,99 milhões, envolvendo os agentes do Sistema Interligado Nacional – SIN e gerenciado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

Em julho de 2017, ocorreu a primeira revisão tarifária quinquenal prevista no Contrato de Concessão nº 008/2012, firmado com ANEEL, que com a aplicação dos parâmetros previstos no Anexo VI, do Contrato de Concessão nº 008/12 resultou em redução média de 10,04% da Receita Anual Permitida – RAP impactando negativamente nos resultados da Empresa.

Na primeira revisão tarifária quinquenal no ano de 2017 o custo dos juros com Capital de Terceiros gerou a redução da RAP, devido à diminuição dos juros no período considerado. A redução das taxas de juros levou ao pagamento de valores menores das parcelas do financiamento firmado com o BNDES para a implantação do empreendimento Marumbi.

A Empresa encerrou o exercício de 2017 com aplicações financeiras de R\$ 1,82 milhões na Caixa Econômica Federal S.A., demonstrando sua solidez e capacidade de atender eventos adversos onde a disponibilidade financeira imediata evita a necessidade de captação de recursos financeiros.

Apesar do prejuízo operacional apurado em 2017, que foi causado pela redução das suas receitas na revisão tarifária quinquenal, que impactou seu ativo financeiro, a Empresa tem um Contrato de Concessão até 2042 com o Poder Concedente, ANEEL, que garante a Taxa Interna de Rentabilidade - TIR de acordo com o Plano de Negócios inicial.

Finalmente, a Diretoria Executiva deixa consignado seus agradecimentos aos Acionistas, colaboradores, auditores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades e resultados da Empresa.

Curitiba, 01 de março de 2018.

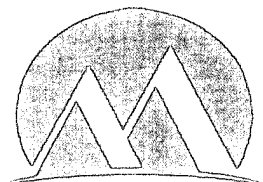
DIRETORIA EXECUTIVA



Alfonso Schmitt
Diretor Presidente



Valdenir José Bertaglia
Diretor Administrativo-Financeiro



MARUMBI

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

C.N.P.J./M.F. 14.820.785/0001-53

Inscrição Estadual 90582569-08

Rua Comendador Araujo, 143 - 19º Andar - Centro - Curitiba - PR

marumbienergia.com.br

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2017

Balancos Patrimoniais
 Levantados em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
 Em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.949	3.324
Clientes	5	1.981	2.252
Tributos a recuperar		2	10
Despesas do exercício seguinte		37	-
Ativo financeiro - Concessões	6	6.345	6.975
Outros créditos		-	53
		10.314	12.614
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Depósitos vinculados	7	2.531	2.342
Ativo financeiro - Concessões	6	149.266	170.892
		151.797	173.234
Imobilizado			
Intangível		25	24
		19	17
		151.841	173.275
TOTAL DO ATIVO		162.155	185.889

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Balancos Patrimoniais

Levantados em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

PASSIVO	NE nº	31/12/2017	31/12/2016 (reapresentado)
CIRCULANTE			
Fornecedores	8	27	129
Financiamentos	9	5.220	5.190
Obrigações sociais e trabalhistas		3	3
Obrigações fiscais	10	216	196
Dividendos	11	-	4.806
Encargos setoriais	12	687	665
Outros credores diversos		233	231
		6.386	11.220
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	13	3.129	3.129
Financiamentos	9	38.651	43.171
Impostos devidos	14	4.798	6.360
Outros passivos		-	4.400
Contingência - provisões judiciais	15	2.514	3.411
		49.092	60.471
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	16.1	73.091	68.691
Reserva legal	16.2	2.516	2.516
Reserva de retenção de lucros	16.2	31.070	-
Reserva de lucros a realizar	16.2	-	28.573
Lucro do exercício a disposição da assembleia		-	14.418
		106.677	114.198
TOTAL DO PASSIVO		162.155	185.889

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstrações de Resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

	NE nº	31/12/2017	31/12/2016 (reapresentado)
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	17	19.498	37.559
Custos operacionais		(212)	(7.490)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		19.286	30.069
Despesas operacionais			
Efeitos negativos da revisão tarifária	18	(24.203)	
Material		(10)	(5)
Serviço de terceiros		(4.009)	(3.986)
Depreciação		(4)	(3)
Gerais e administrativas		(297)	(85)
Honorários dos administradores		(351)	(337)
		(28.874)	(4.416)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		(9.588)	25.653
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		502	485
Despesas financeiras		(3.642)	(4.081)
		(3.140)	(3.596)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		(12.728)	22.057
Imposto de renda e contribuição social			
Imposto de renda e contribuição social		(755)	(635)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.562	(1.187)
		807	(1.822)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		(11.921)	20.235

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstrações de Resultados Abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

	NE nº	31/12/2017	31/12/2016
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		(11.921)	20.235
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		(11.921)	20.235

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

	NE nº	Capital Social Integralizado	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	RESERVA DE LUCROS				Lucros ou Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido Total
					Realizar	Lucros a disposição da AGO	Lucros a Realizar	Lucros à disposição da AGO		
Saldo em 31 de dezembro de 2015		68.691	1.504	-	13.069	11.628	-	-	94.892	
Saldo líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	20.235	20.235	
Reserva de lucros a realizar conforme AGC 28/04/16		-	-	-	11.628	(11.628)	-	-	-	
Reversão de dividendos conforme AGC 28/04/16		-	-	-	3.876	-	-	-	3.876	
Estimativa própria à AGC		-	-	-	-	-	-	-	-	
Reserva legal		-	1.012	-	-	-	-	(1.012)	-	
Dividendos		-	-	-	-	-	-	(4.805)	(4.805)	
Lucros a disposição da AGC		-	-	-	-	14.418	-	(14.418)	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2016		68.691	2.516	-	28.573	14.418	-	-	114.198	
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	(11.921)	(11.921)	
Aumento de capital com afaz. recebido no exercício anterior		4.400	-	-	-	-	-	-	4.400	
Absorção do prejuízo do exercício		-	-	-	-	(11.921)	-	11.921	-	
Transferências propostas à AGC		-	-	31.070	(28.573)	(2.497)	-	-	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2017		73.091	2.516	31.070	-	-	-	-	106.577	

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras




Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
 Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
 Em milhares de reais

	NE nº	31/12/2017	31/12/2016 (reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido preparado líquido do exercício		(11.921)	20.235
Ajustes por			
Variações monetárias não realizadas - líquidas		3.623	4.068
Imposto de renda e contribuição social		755	635
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(1.562)	1.187
Variações no ativo financeiro	6	22.256	(19.569)
Depreciação e amortização		4	3
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		13.155	6.559
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		271	(466)
Outros créditos		53	(32)
Créditos a recuperar		8	2
Despesas em exercício seguinte		(37)	(11)
Outros ativos		-	(3)
		295	(510)
Aumento (redução) dos passivos			
Terminados		(333)	(319)
Obrigações fiscais		(5)	(21)
Empregos-terceiros		22	391
Provisões passivas		233	(3.876)
Provisões - provisões adiantadas		(897)	-
		(980)	(3.825)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		12.470	2.224
Imposto de renda e contribuição social pagos		(730)	(621)
Encargos de financiamentos pagos		(3.308)	(3.613)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		8.432	(2.010)


* Continua



Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
 Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
 Em milhares de reais

	NE nº	31/12/2017	31/12/2016 (reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras		(189)	(136)
Aquisições de imobilizado		(5)	(3)
Aquisições de intangível		(2)	
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(196)	(139)
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento			
Recebimento de AFAC		-	4.400
Retorno de dividendos do passivo para o patrimônio líquido		-	3.876
Amortização de principal de financiamentos		(4.805)	(4.773)
Dividendos pagos		(4.806)	
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(9.611)	3.503
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa			
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		(1.375)	1.354
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		3.324	1.970
		1.949	3.324
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(1.375)	1.354

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras



Marumbi Transmissora de Energia S/A

C.N.P.J./M.F. 14.820.785/0001 53

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Marumbi Transmissora de Energia S.A, é uma Companhia de capital fechado e está registrada no CNPJ sob o nº 14.820.785/0001-53, e Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE sob o nº 41300083843, com sede e foro para todos os efeitos legais na Rua Comendador Araújo, nº 143, bairro Centro, CEP: 80420-000, na cidade de Curitiba, estado do Paraná.

As suas atividades estão sob concessão e reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, através do Contrato de Concessão nº 008/2012 – ANEEL, que regula a concessão do Serviço Público de Transmissão outorgada pelo Decreto s/nº, de 16 de abril de 2012, publicado no Diário Oficial em 17 de abril de 2011, pelo prazo de 30 (trinta) anos, contado a partir de sua data de celebração, para construção, operação e manutenção das Instalações de Transmissão, caracterizadas no Anexo 6F do Edital do Leilão nº 06/2011 – ANEEL – “Características e requisitos Básicos das Instalações de Transmissão”.

A Companhia tem por objeto social a implantação, operação comercial e exploração do negócio energia elétrica mediante concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão da rede básica do SIN - Sistema Interligado Nacional, conforme abaixo descrito:

- LT 525 kV Curitiba - Curitiba Leste, CS, 29,04 km;
- SE 525/230 kV Curitiba Leste (3 +1 res.) x 224 MVA.

Ainda, no referido contrato de concessão, a Marumbi Transmissora de Energia ficou responsável pela construção e implantação das seguintes instalações de interligação do sistema de transmissão;

- Subestação Curitiba Leste: trecho de Linha de Transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 1,5 km, compreendido entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão em 230 kV Uberaba - Posto Fiscal e a subestação Curitiba Leste, as Entradas de Linha correspondentes na Subestação Curitiba Leste;
- Subestação Curitiba Leste: trecho de Linha de Transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 7,5 km, compreendido entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão em 230 kV Santa Mônica - Distrito Industrial de São José dos Pinhais e a subestação Curitiba Leste, as Entradas de Linha correspondentes na Subestação Curitiba Leste.

Os equipamentos e instalações referentes aos seccionamentos em 230 kV serão transferidos para a COPEL-GET, concessionária da linha de transmissão seccionada, conforme disposto na Resolução Normativa nº. 67/2004.

O departamento de contabilidade da Marumbi e da Copel GET estão em fase final de análise dos ativos a serem transferidos. O registro de transferência, na contabilidade de ambas as Companhias, deve ser finalizado no 1º semestre de 2018.

◦ ANEEL emitiu a Resolução Autorizativa nº 4.807, datada de 26.08.2014 autorizando a MARUMBI a instalar 02 (dois) conjuntos de Bancos de Capacitores de 100 MVAR em 230 kV e conexões na Subestação CURITIBA LESTE 525kV

Marumbi Transmissora de Energia S/A

C.N.P.J./M.F. 14.820.785/0001-53

NOTA 2 - BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**2.1 Declarações de conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia, foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas na gestão.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.4.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto aqueles que envolvem estimativas, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

NE nº 3.4 - Instrumentos financeiros.

2.4.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas, que podem levar a ajustes significativos aos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

NE nº 6 - Ativo Financeiro;

NE nº 13 - Fornecedores Passivo Não Circulante;

NE nº 14 - Impostos Diferidos;

NE nº 15 - Provisões para litígios e passivos contingentes.

Marumbi Transmissora de Energia S/A

C.N.P.J./M.F. 14.820.785/0001 53

2.5 Estrutura de apresentação das demonstrações

Qualquer alteração na estrutura de apresentação das demonstrações financeiras em relação ao exercício anterior, visa apenas alinhar com a estrutura das demonstrações financeiras da COPEL GET, acionista majoritária, não alterando em nenhum momento os fatos contábeis já registrados.

2.6 Julgamento da administração quanto à continuidade operacional

A Marumbi possui a concessão para a transmissão de energia até 2042 e a administração considera nula quaisquer riscos de não continuidade operacional.

NOTA 3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**3.1 Apuração de resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.2 Classificação de itens circulantes e não circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses, são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses, são classificados como itens não circulantes.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e investimentos temporários de curto prazo de liquidez imediata. Os investimentos temporários de curto prazo estão registrados por seus valores justos.

3.4 Instrumentos financeiros

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

3.4.1 - Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais, sobre um ativo financeiro em uma transação, no qual, essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros são classificados em "mantidos até o vencimento" caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de garantir os títulos de dívida até a data de expiração. Tais Ativos Financeiros, são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento, são mensurados pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, caso aplicável.

3.4.2 - Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece todos passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado), inicialmente na data de negociação, na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Marumbi Transmissora de Energia S/A

C.N.P.J./M.F. 14.820.785/0001-53

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos, na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: “fornecedores” e “outras contas a pagar”.

3.4.3 - Ativos e passivos financeiros vinculados à concessão

Contas a receber vinculadas à concessão

Refere-se a créditos a receber, relacionados aos contratos de concessão da atividade de transmissão e estão representados pelos seguintes valores: (i) receita de construção da infraestrutura de transmissão para sua disponibilização aos usuários; e (ii) remuneração financeira garantida pelo Poder Concedente, durante o prazo da concessão sobre tais receitas.

A receita do Contrato de Concessão de transmissão é realizada pela disponibilização da infraestrutura aos usuários do sistema, não tem risco de demanda e é, portanto, considerada receita garantida, denominada Receita Anual Permitida - RAP, a ser recebida durante o prazo da concessão. Os valores são faturados mensalmente aos usuários da infraestrutura, conforme relatório emitido pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. No vencimento da concessão, se houver saldo remanescente ainda não recebido, relacionado à construção da infraestrutura, esse será recebido diretamente do Poder Concedente, por ser um direito incondicional de receber caixa, conforme previsto no Contrato de Concessão, à título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da RAP.

Devido à Marumbi estar em fase de operação, não há receita de construção.

A Marumbi adota as mesmas práticas de contabilização do ativo financeiro utilizada pela Controladora Majoritária, Copel Geração e Transmissão S.A., conforme N.E. nº 06.

Contas a receber vinculadas à indenização da concessão

Refere-se ao valor residual à receber ao final da concessão, referente à obra de implantação de banco de capacitores na SE Curitiba Leste.

3.5 - Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados os valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

3.6 - Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias.

3.7 - Capital social

A Companhia possui somente ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, livre de quaisquer efeitos tributários.

Marumbi Transmissora de Energia S/A

C.N.P.J./M.F. 14.820.785/0001-53

3.8 - Receita de aplicação financeira

A receita de aplicação financeira é reconhecida *pró-rata die* com base no método da taxa de juros efetiva ou, quando aplicável, pelas variações de mercado dos instrumentos financeiros.

3.9 - Forma de tributação

A Concessionária adota para o exercício o regime tributário do Lucro Presumido para fins de reconhecimento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ, adicional IRPJ e para a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL.

3.10 - Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3.11 - Imobilizado e Intangível

O imobilizado e o intangível são apresentados pelo custo histórico de aquisição, subtraída a depreciação/amortização.

3.12 Reapresentação de saldos comparativos

Após revisão de suas práticas contábeis, a Companhia, objetivando a melhor apresentação de seu desempenho operacional e financeiro e visando atender às normas contábeis, concluiu ser importante a reapresentação de saldos de 2016 no Balanço Patrimonial - Passivo, Demonstrações do Resultado e Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

As reclassificações efetuadas não alteram o total dos ativos, passivos, o patrimônio líquido e o lucro líquido (prejuízo) do exercício atual e comparativo.

Para fins de comparabilidade, serão demonstradas a seguir as demonstrações reapresentadas:

3.12.1 - Balanço patrimonial - passivo

PASSIVO	31/12/2016	Reclassificação	31/12/2016
	Apresentado		Reapresentado
CIRCULANTE			
Fornecedores	6.900	(6.771)	129
Obrigações sociais e trabalhistas	-	3	3
Obrigações fiscais	199	(3)	196
Outros credores diversos	-	231	231
Demais contas do passivo circulante	10.661	-	10.661
	17.760	(6.540)	11.220
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	-	3.129	3.129
Contingências - Provisões judiciais	-	3.411	3.411
Demais contas do passivo não circulante	53.931	-	53.931
	53.931	6.540	60.471
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	114.198	-	114.198
TOTAL PASSIVO E PL	185.889	-	185.889



Marumbi Transmissora de Energia S/A

C.N.P.J./M.F. 14.820.785/0001-53

Na reapresentação de 2016, no Balanço Patrimonial, ocorreram reclassificações de saldos em contas do passivo circulante e do passivo não circulante, onde:

1. A conta 'obrigações sociais e fiscais' foi reapresentada com o desmembramento em 'obrigações sociais e trabalhistas' e 'obrigações fiscais';
2. A conta 'fornecedores' do passivo circulante, foi reapresentada de forma desmembrada, sendo transferido valores para as rubricas 'outros credores diversos', 'fornecedores - passivo não circulante' e 'contingências - provisões judiciais'.

3.12.2 - Demonstrações dos resultados do exercício

	31/12/2016 Apresentado	Reclassificação	31/12/2016 Reapresentado
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	30.069		30.069
Despesas operacionais			
Amortização	(16)	16	
Gerais e administrativas	(69)	(16)	(85)
Demais despesas operacionais	(4.331)		(4.331)
	(4.416)		(4.416)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DO	25.653		25.653
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	485		485
Despesas financeiras	(42)	(4.039)	(4.081)
Encargos da Dívida	(4.039)	4.039	
	(3.596)		(3.596)
LUCRO OPERACIONAL	22.057		22.057
Imposto de renda e contribuição social	(1.822)		(1.822)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	20.235		20.235

Na reapresentação de 2016, nas Demonstrações dos Resultados do Exercício, ocorreram reclassificações de saldos em conta de despesas operacionais e do resultado financeiro, onde:

1. O Saldo da conta 'amortização' foi transferido para 'despesas gerais e administrativas' por se tratar de despesas dessa natureza.
2. As contas 'despesas financeiras' e 'encargos da dívida' foram agrupadas na conta 'despesas financeiras';

3.12.3 - Demonstrações dos fluxos de caixa

Nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa o exercício de 2016 foi reapresentado, de forma a permitir a comparabilidade entre os exercícios 2016 e 2017.

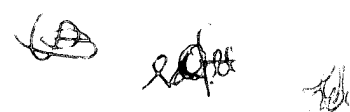
Na reapresentação de 2016, nas demonstrações dos fluxos de caixa, ocorreram reclassificações de saldos e desmembramento de valores em contas dos grupos de *ajustes dos lucros, das atividades operacionais, atividades de investimento e atividades de financiamentos*, conforme detalhado no quadro a seguir.

Não houve nenhuma alteração no saldo inicial de caixa, no saldo final de caixa e nem na variação líquida do caixa no exercício reapresentado - 2016.

Marumbi Transmissora de Energia S/A

C.N.P.J./M.F. 14.820.785/0001 53

Demonstrações dos fluxos de caixa	31/12/2016 Apresentado	Reclassificação	31/12/2016 Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro ou prejuízo líquido do exercício	22.058	(1.823)	20.235
Ajustes por			
Variações monetárias não realizadas - líquidas	-	4.068	4.068
Imposto de renda e contribuição social	(1.822)	2.457	635
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	1.187	1.187
Retorno das dividendos para reserva de lucros	(3.876)	3.876	-
Variações no ativo financeiro	-	(19.569)	(19.569)
Depreciação e amortização	-	3	3
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	16.360	(9.801)	6.559
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes	(466)	-	(466)
Outros créditos	-	(32)	(32)
Tributos a recuperar	2	-	2
Despesas do exercício seguinte	-	(11)	(11)
Outros ativos	(179)	176	(3)
	(643)	133	(510)
Aumento (redução) dos passivos			
Obrigações sociais e trabalhistas	(21)	21	-
fornecedores	(319)	-	(319)
Obrigações fiscais	-	(21)	(21)
Encargos setoriais	-	391	391
Outros passivos	1.591	(5.467)	(3.876)
	1.251	(5.076)	(3.825)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	16.968	(14.744)	2.224
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(621)	(621)
Encargos de financiamentos pagos	-	(3.613)	(3.613)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIV. OPERAC.	16.967	(18.977)	(2.010)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras	-	(136)	(136)
Ativo financeiro	(19.569)	19.569	-
Aquisições de imobilizado	(1)	(2)	(3)
Aquisições de intangível	-	-	-
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIV. DE INVESTIMENTO	(19.570)	19.431	(139)
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento			
Recebimento de A/PAC	4.400	-	4.400
Recebimento de dividendos do passivo para o patrimônio líquido	3.876	-	3.876
Amortização de principal de financiamentos	(4.318)	(455)	(4.773)
Dividendos pagos	-	-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	3.958	(455)	3.503
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	1.354	-	1.354
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	1.970	-	1.970
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	3.324	-	3.324
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.354	-	1.354



Marumbi Transmissora de Energia S/A

C.N.P.J./M.F. 14.820.785/0001 53

3.13 Novas normas contábeis

3.13.1 - IFRS 15 – “Receitas de Contrato com Clientes” (CPC – 47)

Estabelece novos princípios para o reconhecimento, mensuração e divulgação de receitas com clientes. Os requerimentos do IFRS 15 estipulam que a receita seja reconhecida quando o cliente obtem controle sobre as mercadorias ou serviços prestados, o que altera o modelo atual que se baseia na transferência de riscos e benefícios. Adicionalmente a receita deve ser reconhecida mediante o cumprimento de obrigações de performance. A nova norma é efetiva para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Companhia avaliou os efeitos da adoção da nova norma em suas demonstrações financeiras e não identificou alterações que tragam impactos relevantes para a sua aplicação.

3.13.2 - IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros” (CPC – 48)

Estabelece um novo modelo para classificação de ativos financeiros, baseado nas características dos fluxos de caixa e no modelo de negócios usado para gerir o ativo. Altera os princípios para reconhecimento de redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros de perdas incorridas para um modelo baseado nas perdas esperadas. Estabelece novos requisitos relacionados à contabilidade de hedge. A nova norma é efetiva para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Companhia avaliou os efeitos da adoção da nova norma em suas demonstrações financeiras e não identificou alterações que tragam impactos relevantes para a sua aplicação.

3.13.3 - IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros” (CPC – 48)

Estabelece que arrendamentos financeiros e operacionais passam a ter o mesmo tratamento contábil, ficando de fora do escopo dessa nova norma apenas contratos de até 12 meses ou de pequenos montantes. Determina assim que os arrendatários passam a ter que reconhecer em seu passivo os pagamentos futuros e em seu ativo o direito de uso/imobilizado do bem arrendado. De forma a reconhecer em resultado apenas despesas com depreciação ou amortização e não mais despesas de arrendamento. A nova norma é efetiva para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Companhia continua avaliando os efeitos da adoção da nova norma em suas demonstrações financeiras.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/dez 2017	31/dez 2016
Banco conta movimento e fundo rotativo de caixa	21	55
Aplicações financeiras de liquidez imediata	1.928	3.269
	1.949	3.324

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Essas aplicações financeiras, referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recompra-lo, e do comprador de revendê-lo no futuro.



Marumbi Transmissora de Energia S/A

C.N.P.J./M.F. 14.820.785/0001-53

NOTA 5 - CLIENTES

O ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico, emite mensalmente os AVC's Avisos de Créditos relativos à apuração mensal dos serviços e encargos de transmissão - AVC, provenientes do CPST - Contrato de Prestação de Serviço de Transmissão n. 018/2012.

A concessionária de transmissão possui contrato com o ONS. Da mesma forma os clientes possuem contrato com o ONS. Não há contrato direto entre transmissoras e clientes. O ONS faz mensalmente a apuração e determina quanto cada cliente deve pagar a cada transmissora. No entanto a cobrança é feita diretamente entre transmissora e cliente.

Toda inadimplência é comunicada ao ONS, que comunica o cliente e pode, conforme cada caso, executar a garantia, retirar o cliente da apuração mensal e, em último caso, cancelar o contrato com o cliente e retirá-lo do sistema de transmissão.

Conta Clientes - Por Prazo de Vencimento

Em R\$/mil	31/dez 2017	31/dez 2016
Títulos a vencer	1.836	2.155
Vencidos de 1 a 30 dias	1	6
Vencidos de 31 a 60 dias	14	4
Vencidos de 61 a 90 dias	0	2
Vencidos a mais de 90 dias	130	85
	1.981	2.252

NOTA 6 - ATIVO FINANCEIRO

A Companhia possui os seguintes valores contabilizados como contas a receber do poder concedente:

ATIVO FINANCEIRO - SALDOS E VARIAÇÕES Em R\$/mil	31/dez 2017	31/dez 2016	Varição AF
Ativo financeiro amortizável	193.670	200.035	(6.365)
(-) Amortização do ativo financeiro	(14.007)	(22.303)	8.296
(-) Efeitos negativos da revisão tarifária	(24.203)		(24.203)
	155.460	177.732	(22.272)
Ativo financeiro indenizável	151	135	16
	151	135	16
(i) A amortização do ativo financeiro iniciou-se em 2015.			
Total do ativo financeiro (amortizável e indenizável)	155.611	177.867	(22.256)

A operação da Companhia se enquadra nas hipóteses previstas no ITG 01 (ICPC-01 R1/IFRIC12), pois a MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. é titular de uma "concessão" e a infraestrutura dentro do alcance desta interpretação, não será registrada como ativo imobilizado da Companhia, porque o Contrato de Concessão não transfere ao concessionário o direito de controlar o uso da infraestrutura de serviços públicos. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no Contrato. As resoluções homologatórias 2.257 e 2.258/17 definiram a redução da RAP da Marumbi em - 10,04 % para o ciclo 2017/2018.





Marumbi Transmissora de Energia S/A

C.N.P.J./M.F. 14.820.785/0001-53

Em conformidade com as resoluções, o fluxo de caixa da modelagem econômica do Ativo Financeiro foi atualizado para a novo valor presente.

Dessa forma, em julho de 2017, foi contabilizado o valor de -R\$ 24.203 como efeitos negativos da revisão tarifária, de forma a ajustar o valor presente do ativo financeiro.

A variação negativa expressiva no valor do ativo financeiro da Companhia deve-se a queda da RAP, ocorrida após processo de revisão tarifária da ANEEL, conforme explicado na NE 18.

NOTA 7 – DEPÓSITOS VINCULADOS

A conta reserva denominada depósitos vinculados é a garantia exigida no contrato de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, onde é mantido o mínimo de três parcelas do financiamento.

CONTA GARANTIDA NA CEF Em R\$/mil	31/dez 2017	31/dez 2016
CONTA GARANTIDA - BNDES	2.531	2.342
	<u>2.531</u>	<u>2.342</u>

NOTA 8 - FORNECEDORES

Compreende as contas a pagar de fornecedores de materiais e serviços, vinculados à atividade da Companhia

FORNECEDORES Em R\$/mil	reapresentado	
	31/dez 2017	31/dez 2016
Fornecedores de materiais	0	107
Fornecedores de serviços PJ	27	22
	<u>27</u>	<u>129</u>

NOTA 9 - FINANCIAMENTOS

FINANCIAMENTO BNDES Em R\$/mil	31/dez	31/dez	Valor	Valor	Encargos Juros	Qtde Parcelas
	2017	2016	Contratado	Liberado		
BNDES Sub-crédito A - TJLP	29.527	31.752	33.460	33.460	2,00% a a + TJLP	168
BNDES Sub-crédito B	14.344	16.609	21.577	19.520	6,0% a a	106
	<u>43.871</u>	<u>48.361</u>	<u>55.037</u>	<u>52.980</u>		
Curto Prazo	5.220	5.190				
Longo Prazo	38.651	43.171				
Taxa média ao mês	0,68%	0,68%				

O financiamento do BNDES de número decisão de diretoria de 585/2014, de 8 de julho de 2014, que originou o contrato de financiamento para abertura de crédito nº 14.2.0585.1, no valor de R\$ 55,03 milhões, divididos em 2 (dois) Sub-crédito nos seguintes valores e prazos:

I. Sub-crédito "A": R\$ 33,46 milhões em 168 (Cento e Sessenta e Oito) meses, sendo as prestações mensais e sucessivas.

II. Sub-crédito "B": R\$ 21,57 milhões, em 106 (Cento e Seis) meses, sendo as prestações mensais e sucessivas.

Marumbi Transmissora de Energia S/A

C.N.P.J./M.F. 14.820.785/0001-53

Sobre o principal da dívida relativo ao Sub-crédito "A", incidirão juros de 2% ao ano (a título de remuneração), acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil e sobre o principal da dívida relativo ao Sub-crédito "B" incidirão juros de 6% ao ano (a título de remuneração).

Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do financiamento do BNDES, até a final liquidação de todas as obrigações, como o principal da dívida, juros, comissões, pena convencional, multas e despesas, os intervenientes COPEL GET e ELETROSUL, acionistas da Marumbi, dão em garantia, em favor do BNDES a totalidade das ações de emissão da Marumbi.

Nos termos do contrato de financiamento, mediante repasse de recursos do BNDES nº 14.2.0585.1, apresenta-se nesta NE o Índice de Cobertura de Serviço da Dívida - ICSD, calculado de acordo com as premissas estabelecidas no anexo I ao Contrato de Financiamento, que tem como finalidade medir a capacidade de pagamento do serviço da dívida com relação ao EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização).

Cálculo do ICSD - Índice de Cobertura do Serviço da Dívida BNDES	01.Jan.17 à 31.Dez.17
a) Geração de Caixa da Atividade	10.703
(+) Disponibilidade (ca/eq ca) final no período imediatamente anterior	-
(+) LAJIDA (EBITDA)	11.458
(-) Pagamento de Imposto de Renda	(498)
(-) Pagamento de Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	(257)
b) Serviço da Dívida	8.113
(+) Amortização de Principal	4.490
(+) Pagamento de Juros	3.623
c) ÍNDICE DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DÍVIDA = (a ÷ b)	1,32
LAJIDA (EBTDA) compõe:	11.458
(+/-) Lucro / Prejuízo Antes do Imposto de Renda	(12.728)
(+/-) Resultado Financeiro Líquido Negativo / Positivo	3.140
(+/-) Resultado com Equivalência Patrimonial Negativo / Positivo	-
(+) Depreciações e Amortizações	4
(+/-) Perdas (desvalorização) por Impairment / Reversão de Perdas anteriores	24.203
(+/-) Resultado com operações descontinuadas Negativo / Positivo	-
(-) Outras Receitas Operacionais	-
(+) PIS e COFINS diferidos no exercício por conta da aplicação da ICPC 01	-
(-) Margem de Construção (Receita de Construção - Custo de Construção)	213
(-) Receita com Ativo Financeiro da Concessão	(17.719)
(-) Receita p/ a cobertura dos gastos c/ O&M nas atividades de transmissão	(3.269)
(+) Receita Anual Permitida do Exercício - RAP (menos deduções da RAP)	19.176
(+/-) Outros Ajustes IFRS	(1.562)
CÁLCULO MARGEM EBITDA	EBITDA 11.458
	ROL 19.498
	Margem EBITDA 0,59

Marumbi Transmissora de Energia S/A

C.N.P.J./M.F. 14.820.785/0001-53

NOTA 10 - OBRIGAÇÕES FISCAIS

Em R\$/mil	reapresentado	
	31/dez 2017	31/dez 2016
Tributos federais correntes	136	111
Tributos estaduais	-	1
Tributos municipais	1	1
Contribuições sociais	9	8
Tributos retidos na fonte a pagar	70	75
	216	196

NOTA 11 - DIVIDENDOS A PAGAR

Não houve destinação de dividendos a pagar em 2017, devido ao resultado negativo da Companhia no exercício.

Os dividendos propostos em 2016, R\$ 3.876, retornaram para a reserva de lucros a realizar, conforme decisão da Assembleia Geral Ordinária - A.G.O. de 28 de abril de 2016.

NOTA 12 - ENCARGOS SETORIAIS

Considera-se encargos setoriais as obrigações oriundas da concessão.

Em R\$/mil	31/dez 2017	31/dez 2016
FNDCT	17	18
MME	6	7
P&D	192	107
RGR	400	462
TFSE	71	71
DEMAIS ENCARGOS SETORIAIS	1	
	687	665

NOTA 13 - FORNECEDORES PASSIVO NÃO CIRCULANTE

O saldo de contrato a pagar para o fornecedor Toshiba, que encontra-se pendente de decisão sobre multa e claim, foi reclassificado para a conta fornecedores no passivo não circulante.

NOTA 14 - IMPOSTOS DIFERIDOS

As receitas societárias são calculadas com base no fluxo de caixa do ativo financeiro e são subdivididas em receita com juros, receita com atualização monetária e receita com O&M.

Quando o lucro societário é superior ao lucro regulatório, é calculado o imposto de renda diferido e a contribuição social diferida sobre a parcela do lucro societário que excede o lucro regulatório, sendo lançado no resultado como despesa e tendo a contrapartida no passivo não circulante como IR e CSLL diferido

Quando o lucro societário é inferior ao lucro regulatório é realizada a baixa/reversão do diferimento da tributação no Passivo.

	2017	2016
Imposto de renda	3.116	4.136
Contribuição social	1.682	2.224
	4.798	6.360

Marumbi Transmissora de Energia S/A

C.N.P.J./M.F. 14.820.785/0001-53

NOTA 15 - PROVISÕES PARA LITÍGIOS E PASSIVOS CONTINGENTES

CREDORES DIVERSOS	31/dez	31/dez
Em R\$/mil	2017	2016
Provisões judiciais	2.514	3.411
	2.514	3.411

Contingência - Risco possível adicional, conforme relatório do Jurídico: R\$ 3.158

NOTA 16 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO
16.1 Capital social

O Capital social subscrito e integralizado passou a ser de R\$ 73.091, dividido em igual quantidade de ações ordinárias sem valor nominal.

Em 30/05/2017, conforme Assembleia Geral Extraordinária - A.G.E. de mesma data, foi integralizado R\$ 4.400 provenientes de conta denominada Adiantamento para Futuros Aumento de Capital AFAC.

16.2 Reservas de lucros
16.2.1 Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 37 do Estatuto Social e o artigo 193 da Lei Societária (6.404/76)

16.2.2 Reserva de retenção de lucros

Conforme proposta de destinação de reservas, os montantes das contas reservas de lucros a realizar e lucros a disposição da assembleia, foram reclassificados para a conta reserva de retenção de lucros.

16.2.3 Reserva de lucros a realizar

A reserva de lucros a realizar é constituída para estabelecer o montante dos dividendos mínimos obrigatórios, que excede o lucro realizado financeiramente e que a Companhia optou por não distribuir.

16.3 Destinação do lucro do período

O quadro abaixo evidencia a Destinação do Lucro do Período de 2016.

Para 2017 não houve destinação de lucro em razão da empresa ter encerrado o exercício com prejuízo contábil em razão dos efeitos negativos da revisão tarifária, conforme descrito na NE 06, que trata do ativo financeiro.

Em R\$/mil	31/dez	31/dez
	2017	2016
Lucro do período	(11.921)	20.235
Reserva legal	5%	5%
Constituição da reserva legal		1.012
	(11.921)	19.224
Dividendos propostos		(4.806)
Prejuízo líquido do exercício	(11.921)	14.418

Marumbi Transmissora de Energia S/A

C.N.P.J./M.F 14.820.785/0001-53

NOTA 17 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas da Companhia, por se tratar de concessionária de transmissão de energia, são auferidas pela remuneração do Ativo Financeiro.

Na fase pre operacional a Companhia auferia receita de construção. Após a entrada em operação a Companhia passou a auferir receitas com juros, atualização monetária e O&M - Operação e manutenção

Em R\$/mil	31/dez 2017	31/dez 2016
TRANSMISSÃO		
Receita de O&M	3.269	3.962
Receita com juros e atualiz. monetária	17.719	24.057
Receita de construção	-	10.959
TOTAL DAS RECEITAS OPERACIONAIS	20.988	38.977
DEDUÇÕES		
(-) Encargos setoriais	(790)	(727)
(-) PIS e COFINS	(700)	(691)
TOTAL DAS DEDUÇÕES	(1.489)	(1.418)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19.498	37.559

NOTA 18 - EFEITOS NEGATIVOS DA REVISÃO TARIFÁRIA

As resoluções homologatórias 2.257 e 2.258/17 definiram a redução da RAP da Marumbi em -10,04 % para o ciclo 2017/2018.

Em conformidade com as resoluções, o fluxo de caixa da modelagem econômica do ativo financeiro foi atualizado para a novo valor presente.

Dessa forma, em julho de 2017, foi contabilizado o valor de -R\$ 24.203 como efeitos negativos da revisão tarifária, de forma a ajustar o valor presente do ativo financeiro.

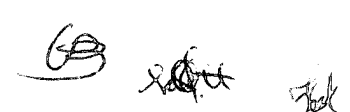
NOTA 19 - SEGUROS

O imobilizado de transmissão, pertence ao poder concedente, sendo aplicado à Companhia a contabilização através do ativo financeiro. Porém, é responsabilidade da Companhia a operação e manutenção do sistema de transmissão sob sua concessão, portanto, para mitigar riscos e prejuízos, a Companhia contratou seguros, conforme abaixo:

Seguros de riscos nomeados: Incêndio, raio, explosão de qualquer natureza, vendaval, furacão, ciclone, tornado, queda de aeronaves ou quaisquer outros engenhos aéreos ou espaciais, impacto de veículos terrestres, fumaça, danos elétricos e danos materiais para o Empreendimento **MARUMBI**, conforme tabela de coberturas do seguro:

COBERTURAS	(R\$/MIL)
Incêndio	40.755
Danos Elétricos	2.500
Despesas de Salvamento e Contenção de Sinistros	50
Quebra de Máquinas	2.500
Roubo/Furto Mediante arrombamento	200
Despesas extraordinárias	500
Tumultos, Greves, lockout e Atos Dolosos	500
vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado, Granizo, Impacto de veículos e Queda de aeronaves	5.000

Contrato Marumbi 001/2017 / Apólice 1389/000024/96



Marumbi Transmissora de Energia S/A

C.N.P.J./M.F. 14.820.785/0001-53

NOTA 20 - PARTES RELACIONADAS

O quadro abaixo demonstra os saldos com partes relacionadas:

	2017	2016
Copel Contrato de Compartilhamento RH	229	-
Copel DIS - Energia elétrica	4	-
	<u>233</u>	<u>-</u>

A Companhia possui as seguintes transações com partes relacionadas:

1. Contrato de compartilhamento de recursos humanos com a Copel;
2. Contrato de O&M com a Copel Geração e Transmissão;
3. Contratação de energia elétrica da Copel Distribuição;
4. Contratação de internet da Copel Telecomunicações.

Curitiba, 15 de março de 2018.

DIRETORIA EXECUTIVA

Alfonso Schmitt
Diretor Presidente



Valdenir José Bertaglia
Diretor Administrativo-Financeiro



Luiz Fernando Capeloto Macohin

Contador CRC PR 060139 O 8
COPEL Geração e Transmissão

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Aos Acionistas e Conselheiros da
MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A
Curitiba - PR**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reemissão de relatório

Em 30 de janeiro de 2018 emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre o balanço patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir as mudanças de políticas contábeis, descrita na nota explicativa 3.12. Conseqüentemente, estamos reemitindo nessa data nosso relatório, que não contém ressalva ou qualquer outro tipo de modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os Administradores da Companhia a respeito da auditoria e das constatações efetuadas, dentre outros aspectos do alcance planejado, inclusive acerca de eventuais inadequações que possam existir nos controles internos.

Curitiba, 15 de março de 2018



MACIEL AUDITORES S/S
CRC RS – 005460/0-0
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
CRC RS – 71.505/0-3
Responsável Técnico



ANEXO II



MARUMBI

MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 14.820.785/0001-53
NIRE Nº 41300033843
ATA DA 3ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL
Realizada em 27 de março de 2018

DEPENDENTES

1. Local, Hora, Data e Convocação:

1.1. Realizada nas dependências da Copel da Rua José Izidoro Biazzetto, 158 Bloco A – Mossunguê, no Município de Curitiba, Estado do Paraná, sala 172, às 15h30 do dia 27 de março de 2018.

2. Presenças:

2.1. Conselheiros Titulares: Gerson José Gonçalves (Presidente), Edson Augusto Buch e Tarcísio Kemper. A convite do Sr. Presidente, participaram os representantes da Companhia, o Diretor Administrativo Financeiro, Sr. Valdenir José Bertaçlia (Secretário), o Diretor Presidente, Sr. Alfonso Schmitt e o Contador, Sr. Luiz Fernando C. Macohin.

3. Ordem do Dia:

3.1 Demonstrações Financeiras do Exercício Social de 2017, Relatório Anual da Administração e o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras, emitido sem ressalva e a Proposta da Diretoria para Absorção do Prejuízo Apurado no Exercício de 2017 e para Transferência entre as Reservas de Lucros.

3.2 Assuntos Gerais.

4. Apreciações e deliberações:

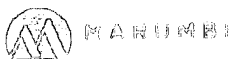
4.1. Aberta a reunião foi aprovada a lavratura da presente ata sob a forma de sumário das deliberações tomadas.

4.2. Dando início à ordem do dia e passando desde logo à apreciação do item 3.1, o Sr. Presidente convidou o Sr. Luiz Fernando C. Macohin, Contador da Companhia, para fazer a apresentação das Demonstrações Financeiras relacionadas ao exercício de 2017, quando a Companhia obteve um prejuízo operacional de R\$ 11,92 milhões, o Relatório Anual da Administração da Companhia, o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras, emitido sem ressalva e a Proposta da Diretoria para Absorção do Prejuízo Apurado no Exercício de 2017 e para Transferência entre as Reservas de Lucros.

4.2.1. Com a apresentação da documentação anteriormente citada, com base nos devidos esclarecimentos e respaldado pelo Relatório dos Auditores Independentes, manifestamo-nos, por unanimidade, pela correta aplicação dos preceitos formais e legais, de forma a submeter a matéria à aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas e suas destinações.

4.3. Passando para o item 3.2 o Colegiado recomendou a administração da Companhia, que os valores das obrigações decorrentes de serviços/materiais entregues, porém, ainda, não faturados, sejam reconhecidos tempestivamente na contabilidade, mediante provisões por estimativas.

Com relação ao Plano de Atividades do Conselho Fiscal da data base 31.12.2017, a Administração informou a impossibilidade no momento de apresentar estas informações, e que as mesmas serão apresentadas em conjunto com as informações do primeiro trimestre de 2018, na reunião do Conselho Fiscal.





5. Encerramento:

5.1. Nada mais havendo a ser tratado, encerrou-se a Reunião para a lavratura da presente ata que, uma vez lida e achada conforme, é assinada em três vias iguais.

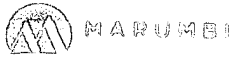
Curitiba, 27 de março de 2018.


Valdenir José Bertaglia
Secretário


Gerson José Gonçalves
Presidente do Conselho Fiscal


Edson Augusto Buch
Membro do Conselho Fiscal


Tarcísio Kemper
Membro do Conselho Fiscal






MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 14.820.785/0001-53
NIRE Nº 41.800033843
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL
Realizada em 27 de março de 2018



**PARECER DO CONSELHO FISCAL
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS FINDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2017**

Os membros do Conselho Fiscal da Marumbi Transmissora de Energia S.A., abaixo assinados, no âmbito de suas atribuições e responsabilidades legais, examinaram as Demonstrações Financeiras, compreendidas pelo Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado do Exercício, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Resultado Abrangente e as Notas Explicativas, o Relatório Anual da Administração e o Relatório dos Auditores Independentes, Maciel Auditores, emitido em 15 de março de 2018, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 e baseando-se, ainda, tanto nas análises efetuadas e esclarecimentos prestados pela Administração, quanto no Relatório da empresa de auditoria, emitido sem ressalvas, entendem e opinam que as citadas Demonstrações Financeiras traduzem adequadamente, em seus aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Marumbi Transmissora de Energia S.A., estando em condições de serem submetidas à aprovação da Assembleia Geral Ordinária.

Curitiba, 27 de março de 2018.

		
Gerson José Gonçalves Presidente do Conselho Fiscal	Edson Augusto Buch Membro do Conselho Fiscal	Tercisio Kemper, Membro do Conselho Fiscal





ANEXO III

1. Local, Hora, Data e Convocação:

1.1. Realizada nas dependências da Copel da Rua José Izidoro Biazetto, 158 Bloco A – Mossunguê, no Município de Curitiba, Estado do Paraná, sala 172, às 14h30 do dia 27 de março de 2018, dispensada a Convocação nos termos do Art. 22, Parágrafo único do Estatuto Social, verificando-se o comparecimento de todos os membros efetivos do Conselho de Administração, conforme assinaturas ao final desta Ata de Reunião.

2. Presenças:

2.1. Conselheiros Titulares: Sr. Cláudio Bragança Marinho Falcão (Presidente), Sr. Ilmar da Silva Moreira e Sr. Wladimir Vieira. A convite do Sr. Presidente, participaram os representantes da Companhia, o Diretor Presidente, Sr. Alfonso Schmitt, o Diretor Administrativo Financeiro, Sr. Valdenir José Bertaglia (Secretário) e o Contador, Sr. Luiz Fernando C. Macohin. Fazem presentes também, os membros do Conselho Fiscal, Sr. Edson Augusto Buch, Sr. Gerson José Gonçalves e o Sr. Tarcísio Kemper.

3. Ordem do Dia:

3.1 Demonstrações Financeiras do exercício social de 2017, Relatório Anual da Administração e o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras, emitido sem ressalva e a Proposta da Diretoria para Absorção do Prejuízo Apurado no Exercício de 2017 e para Transferência entre as Reservas de Lucros.

3.2 Autorização para a administração da Companhia a praticar atos necessários ao registro e publicação da presente nos órgãos próprios.

4. Apreciações e deliberações:

4.1. Aberta a reunião foi aprovada a lavratura da presente Ata sob a forma de sumário das deliberações tomadas.

4.2. Dando início à ordem do dia e passando desde logo à apreciação do item 3.1, o Sr. Presidente convidou o Sr. Luiz Fernando C. Macohin, Contador da Companhia, para fazer a apresentação das Demonstrações Financeiras relacionadas ao exercício de 2017, quando a Companhia obteve um prejuízo operacional de R\$ 11,92 milhões, o Relatório Anual da Administração da Companhia, o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras, emitido sem ressalva e a Proposta da Diretoria para Absorção do Prejuízo Apurado no Exercício de 2017 e para Transferência entre as Reservas de Lucros, conforme anexos I e II.

4.2.1 O Colegiado, por unanimidade, apreciou e autorizou o envio das Demonstrações Financeiras do exercício social do ano de 2017, o Relatório Anual da Administração da Companhia, o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras, emitido sem ressalva, bem como a Proposta da Diretoria para Absorção do Prejuízo Apurado no Exercício de 2017 e para Transferência entre as Reservas de Lucros e recomenda que tais

documentos sejam encaminhados ao Conselho Fiscal para que opine, e, aos Acionistas reunidos em Assembleia Geral para aprovação.

4.3. Finalmente, em apreciação ao item 3.2, deliberou o Colegiado autorizar a Administração da Companhia a praticar todos os atos necessários e tomar as providências cabíveis ao registro e publicação da presente ata nos órgãos e livros próprios e os demais atos aqui previstos e na lei aplicável.

5. Encerramento:

5.1. Nada mais havendo a ser tratado e em vista das deliberações tomadas, encerrou-se a Reunião para a lavratura da presente ata que, uma vez lida e achada conforme, é assinada em 04 (quatro) vias de igual teor.

Curitiba, 27 de março de 2018.



Claudio Bragança Marinho Falcão
Presidente da Reunião e Membro do
Conselho de Administração



Valdenir José Bertaglia
Secretário



Wladimir Vieira
Membro do Conselho de Administração



Ilmar da Silva Moreira
Membro do Conselho de Administração

Anexos:

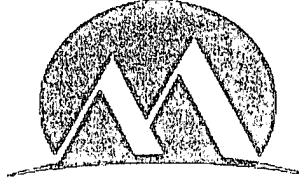
I - Demonstrações Financeiras do exercício social de 2017, Relatório Anual da Administração e Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras;

II - Proposta da Diretoria para Absorção do Prejuízo Apurado no Exercício de 2017 e para Transferência entre as Reservas de Lucros.

Esta é a 2ª folha de um total de 2 folhas da ATA de Reunião do CAD 27.03.17.



ANEXO I



MARUMBI

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

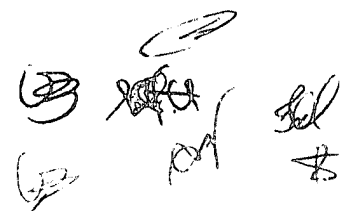
C.N.P.J./M.F. 14.820.785/0001-53

Inscrição Estadual 90582569-08

Rua Comendador Araújo, 143 - 19º Andar - Centro - Curitiba - PR

marumbienergia.com.br

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
2017**



Marumbi Transmissora de Energia S/A

Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017

CONTEÚDO

Relatório da Administração	3
Balanço Patrimonial - Ativo	9
Balanço Patrimonial - Passivo e Patrimônio Líquido	10
Demonstrações de Resultados	11
Demonstração do Resultado Abrangente	12
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	13
Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto	14
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	16
Parecer dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras	31
Parecer do Conselho Fiscal sobre o relatório Anual da Administração, sobre o balanço patrimonial e sobre as demais demonstrações financeiras	34

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

1 - AOS ACIONISTAS

A Administração da Marumbi Transmissora de Energia S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício de 2017, bem como o Relatório dos Auditores Independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

2 - A EMPRESA

Constituída em 19 de dezembro de 2011 com o propósito específico de implantação, operação e exploração comercial das instalações de transmissão caracterizadas no ANEXO 6F do Edital do Leilão nº 06/2011- ANEEL, que originou o Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia nº 008/2012 – ANEEL, datado de 10 de maio de 2012, com um Capital Autorizado pelos acionistas de R\$ 100 milhões, compostas pela Linha de Transmissão Curitiba – Curitiba Leste, em 525 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 29,04 km, com origem na Subestação Curitiba e término na Subestação Curitiba Leste e pela Subestação Curitiba Leste 525/230 kV e entradas de linha, interligações de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

São de responsabilidade da TRANSMISSORA a implementação, das instalações de transmissão de rede básica, o trecho de Linha de Transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 1,5 km, compreendido entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão em 230 kV Uberaba – Posto Fiscal e a Subestação Curitiba Leste, as Entradas de Linha correspondentes na Subestação Curitiba Leste, e a aquisição de equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas Entradas de Linha das Subestações Uberaba e Posto Fiscal e o trecho em Linha de Transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 7,5 km, compreendido entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão em 230 kV Santa Mônica – Distrito Industrial de São José dos Pinhais e a Subestação Curitiba Leste, as Entradas de Linha correspondentes na Subestação Curitiba Leste, e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas Entradas de Linha das Subestações Santa Mônica e Distrito Industrial de São José dos Pinhais.

Este empreendimento entrou em operação comercial em junho de 2015 com investimentos na ordem de R\$ 117,7 milhões de reais, auferindo a partir desta data as receitas mensais previstas no Contrato de Concessão nº 008/2012, firmado com a ANEEL.

No ano de 2014 a SPE Marumbi recebeu, através da Resolução Autorizativa ANEEL nº 4.807 de 26 de agosto de 2014, autorização para implantar reforços nas instalações de transmissão de energia elétrica sob sua responsabilidade, especificamente: a instalação de 02 (dois) Bancos de Capacitores 230 kV, 2x100 MVar e conexões, na Subestação Curitiba Leste, que em maio de 2016 entrou em operação comercial com investimentos na ordem de R\$ 8,8 milhões, auferindo a partir desta data as receitas mensais previstas na Resolução Autorizativa emitida pela ANEEL.

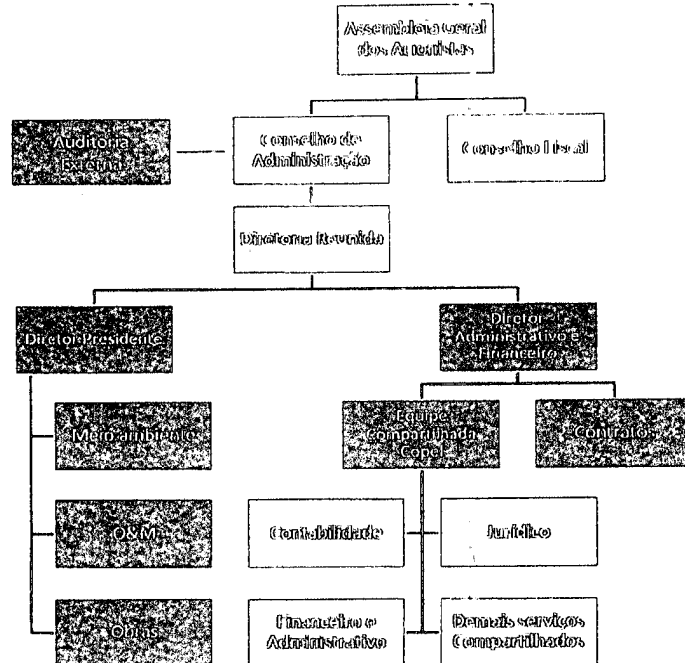
Desta forma, também é de responsabilidade da Marumbi Transmissora de Energia S.A., operar e manter o respectivo reforço junto com as demais instalações operacionais do empreendimento Marumbi.

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO

REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

3 - ORGANOGRAMA DA EMPRESA

A seguir, o organograma empresarial da SPE Marumbi Transmissora de Energia S.A. em 31.12.2017:



4 - GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE

A SPE Marumbi segue o modelo de Governança da COPEL, Controladora de sua Acionista Majoritária, Copel Geração e Transmissão S.A., que é pautado pela transparência, conformidade e responsabilidade social empresarial, conforme práticas propostas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC.

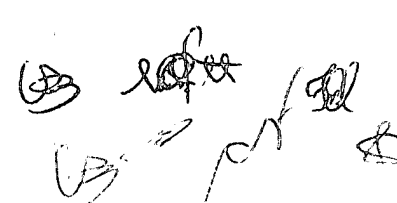
São quatro princípios que orientam a Governança Corporativa: Transparência, Equidade, Prestação de Contas e Responsabilidade Corporativa. Com base nestes princípios, a Controladora COPEL desenvolveu sua Política de Governança para estabelecer o padrão e as melhores práticas de Governança Corporativa a serem adotadas pela Controladora e suas subsidiárias onde está incluída a SPE Marumbi Transmissora de Energia S.A.

Para que a atuação seja permanentemente conduzida por princípios moralmente positivos, todos que atuam em nome da Empresa são regidos por um Código de Conduta desenvolvido em consonância com os valores da Controladora COPEL, os Princípios do Pacto Global e os princípios da Governança Corporativa.

Em 2016, a Controladora da Acionista Majoritária avançou no aprimoramento das suas práticas de Governança Corporativa com a criação da Diretoria de Governança, Risco e Compliance. A criação desta Diretoria antecipou o cumprimento de exigências da Lei Anticorrupção – regulamentada em 2015 e da nova Lei das Estatais nº 13.303/2016.

4.1 - Estrutura de Governança

A estrutura de Governança da Empresa em 31.12.2017 é a demonstrada no organograma, conforme item 3.



RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

4.2 - Práticas de Integridade

A SPE Marumbi segue as práticas e políticas de Governança adotadas pela Controladora da Acionista Majoritária no tocante a Diretoria reunida, Conselho Fiscal e Conselho de Administração.

Programa de integridade

A SPE Marumbi adota o Programa de integridade da Controladora da Acionista Majoritária através do Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos firmado com a COPEL, a partir do alinhamento com o Pacto Global da ONU e o compromisso público com o combate a corrupção adota ferramentas internas para disseminar a conduta ética e identificar desvios.

Canal de denúncia

O site da SPE Marumbi na Internet disponibiliza um atalho para o canal de denúncia da Controladora da Acionista Majoritária, onde a população em geral pode registrar quaisquer desvios de conduta.

Código de conduta

A SPE Marumbi adota o mesmo Código de Conduta Empresarial da Controladora da Acionista Majoritária que está alinhado aos valores, aos Princípios do Pacto Global da ONU e às diretrizes de Governança Corporativa da Controladora da Acionista Majoritária.

Auditoria Externa

A SPE Marumbi segue as diretrizes de Governança Corporativa da Controladora de sua Acionista Majoritária, que por sua vez segue os dispositivos legais estabelecidos pela CVM.

A SPE Marumbi é auditada pela empresa Maciel Auditores S/S, que atua em todo território nacional e além de uma parceria internacional com a GGI.

4.3 - Composição dos grupos responsáveis pela Governança

Conselho de Administração

Presidente: Cláudio Bragança M. Falcão - Copel

Membro: Ilmar da Silva Moreira - Copel

Membro: Wladimir Vieira – Eletrosul

Conselho de Fiscal

Presidente: Gerson José Gonçalves - Copel

Membro: Edson Augusto Buch - Eletrosul

Membro: Tarcísio Kemper – Eletrosul

Diretoria

Diretor Presidente: Alfonso Schmitt

Diretor Administrativo Financeiro: Valdenir José Bertaglia

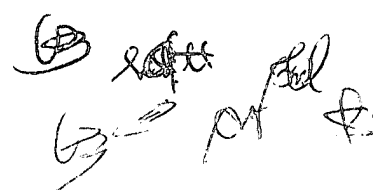
Contador

CRC/PR-060139/0-8: Luiz Fernando Capeloto Macohin - COPEL GET

Informações sobre este Relatório:

Fone +55 (41) 3028-4322

E-mail: marumbi@marumbienergia.com.br Site: <http://www.marumbienergia.com.br/>



RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

5 - SISTEMA DE TRANSMISSÃO DA EMPRESA

O sistema elétrico da Marumbi Transmissora de Energia S.A., integrou a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional - SIN no fim do mês de junho de 2015, cuja coordenação da operação é o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, com o qual foi celebrado o respectivo Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão – CPST nº 018/2012, em 10 de julho de 2012.

Os ativos da SPE Marumbi Transmissora de Energia S.A., são os seguintes:

- 1) Uma entrada de linha de 525 kV na subestação Curitiba da Eletrosul;
- 2) Uma Linha de Transmissão de 525 kV que interliga a subestação Curitiba com a subestação Curitiba Leste passando pelos municípios de Curitiba, Fazenda Rio Grande e São José dos Pinhais;
- 3) Subestação Curitiba Leste 525/230 kV com um Banco de Transformadores de 672 MVA mais um equipamento reserva de 224 MVA e dois Bancos de Capacitores conectados na barra de 230 kV com potência de 100 MVar cada Banco;
- 4) Os Secionamentos das linhas de 230 kV Uberaba – Posto Fiscal e Santa Mônica – Distrito Industrial de São José dos Pinhais foram transferidos (Transferência não Onerosa) para a Copel Geração e Transmissão S.A., de acordo com as obrigações constantes do Leilão da ANEEL para o empreendimento Marumbi.

6 - DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL

6.1 - Fornecedores

A SPE Marumbi é uma Sociedade de capital fechado, e está sujeita a Lei 8.666/93 e a Lei Estadual do Paraná, nº 15.608/2007, levando a administração adotar as mesmas práticas e obrigações de sua Acionista Majoritária, Copel Geração e Transmissão S.A.

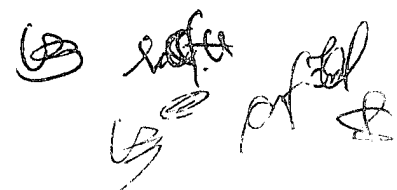
Como todo processo de seleção de fornecedores está restringido por estas Leis, a Empresa não escolhe os fornecedores. A SPE Marumbi exige a conformidade com a legislação trabalhista e fiscal nos editais de licitação e em cláusulas contratuais. Se utiliza ainda de manuais de cadastramento de Fornecedores e normas e manuais técnicos da Controladora e Acionista Majoritária, permanentemente disponibilizada online, no site da COPEL; www.copel.com

6.2 - Clientes

A SPE Marumbi adota no seu modelo de administração o diálogo permanente com os seus acionistas, consumidores, prestadores de serviço, fornecedores, governo e comunidades visando à perenidade dos seus negócios.

6.3 - Comunidade e Meio Ambiente

Os impactos socioeconômicos das atividades da Empresa se apresentam em diferentes magnitudes e de acordo com a característica do seu projeto. A Empresa busca agir em consonância com a Política de Sustentabilidade e o Código de Conduta Empresarial da Controladora de sua Acionista Majoritária visando sempre a perenidade dos seus negócios.



RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

As condicionantes ambientais das licenças de operação da Subestação Curitiba Leste e da Linha de Transmissão de 525 kV, que passa por três municípios entre as cidades de Curitiba, Fazenda Rio Grande e São José dos Pinhais no Estado do Paraná, foram todas atendidas no exercício de 2017, viabilizando desta forma, a renovação das licenças ambientais pelo Instituto Ambiental do Paraná – IAP, quando as licenças de operação em vigor, precisarem ser renovadas no ano de 2019.

7 - DESEMPENHO ECONOMICO-FINANCEIRO

Conforme Contrato de Concessão, Subestações, Linhas de Transmissão e mais a ampliação de 02 (dois) Bancos de Capacitores, a prestação do serviço de transmissão está sendo remunerada mediante o pagamento da Receita Anual Permitida – RAP, a partir da data da disponibilização das instalações para a operação comercial, sendo reajustada anualmente no mês de julho de cada ano, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

O faturamento médio mensal da Companhia no exercício de 2017 foi de R\$ 1,58 milhões, totalizando no ano de 2017 o montante de R\$ 18,99 milhões, envolvendo os agentes do Sistema Interligado Nacional – SIN e gerenciado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

Em julho de 2017, ocorreu a primeira revisão tarifária quinquenal prevista no Contrato de Concessão nº 008/2012, firmado com ANEEL, que com a aplicação dos parâmetros previstos no Anexo VI, do Contrato de Concessão nº 008/12 resultou em redução média de 10,04% da Receita Anual Permitida – RAP impactando negativamente nos resultados da Empresa.

Na primeira revisão tarifária quinquenal no ano de 2017 o custo dos juros com Capital de Terceiros gerou a redução da RAP, devido à diminuição dos juros no período considerado. A redução das taxas de juros levou ao pagamento de valores menores das parcelas do financiamento firmado com o BNDES para a implantação do empreendimento Marumbi.

A Empresa encerrou o exercício de 2017 com aplicações financeiras de R\$ 1,82 milhões na Caixa Econômica Federal S.A., demonstrando sua solidez e capacidade de atender eventos adversos onde a disponibilidade financeira imediata evita a necessidade de captação de recursos financeiros.

Apesar do prejuízo operacional apurado em 2017, que foi causado pela redução das suas receitas na revisão tarifária quinquenal, que impactou seu ativo financeiro, a Empresa tem um Contrato de Concessão até 2042 com o Poder Concedente, ANEEL, que garante a Taxa Interna de Rentabilidade - TIR de acordo com o Plano de Negócios inicial.

Finalmente, a Diretoria Executiva deixa consignado seus agradecimentos aos Acionistas, colaboradores, auditores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades e resultados da Empresa.

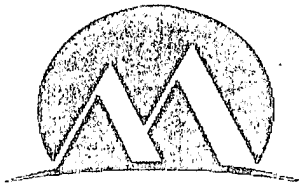
Curitiba, 01 de março de 2018.

DIRETORIA EXECUTIVA



Alfonso Schmitt
Diretor Presidente

Valdenir José Bertaglia
Diretor Administrativo-Financeiro



MARUMBI

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

C.N.P.J./M.F. 14.820.785/0001-53

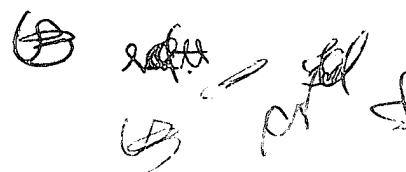
Inscrição Estadual 90582569-08

Rua Comendador Araújo, 143 - 19º Andar - Centro - Curitiba - PR

marumbienergia.com.br

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

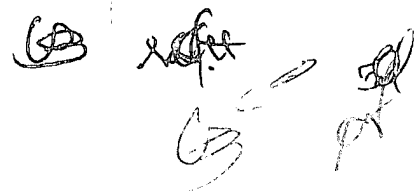
2017



Balancos Patrimoniais
 Levantados em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
 Em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.949	3.324
Clientes	5	1.981	2.252
Tributos a recuperar		2	10
Despesas do exercício seguinte		37	-
Ativo financeiro - Concessões	6	6.345	6.975
Outros créditos		-	53
		10.314	12.614
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Depósitos vinculados	7	2.531	2.342
Ativo financeiro - Concessões	6	149.266	170.892
		151.797	173.234
Imobilizado		25	24
Intangível		19	17
		151.841	173.275
TOTAL DO ATIVO		162.155	185.889

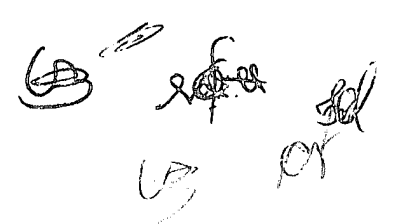
As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras



Balancos Patrimoniais
 Levantados em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
 Em milhares de reais

PASSIVO	NE nº	31/12/2017	31/12/2016 (reapresentado)
CIRCULANTE			
Fornecedores	8	27	129
Financiamentos	9	5.220	5.190
Obrigações sociais e trabalhistas		3	3
Obrigações fiscais	10	216	196
Dividendos	11	-	4.806
Encargos setoriais	12	687	665
Outros credores diversos		233	231
		6.386	11.220
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	13	3.129	3.129
Financiamentos	9	38.651	43.171
Impostos diferidos	14	4.798	6.360
Outros passivos		-	4.400
Contingência - provisões judiciais	15	2.514	3.411
		49.092	60.471
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	16.1	73.091	68.691
Reserva legal	16.2	2.516	2.516
Reserva de retenção de lucros	16.2	31.070	-
Reserva de lucros a realizar	16.2	-	28.573
Lucro do exercício a disposição da assembleia		-	14.418
		106.677	114.198
TOTAL DO PASSIVO		162.155	185.889

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras



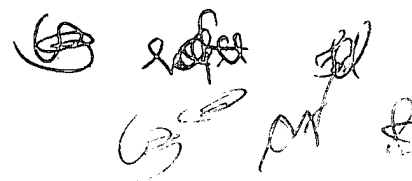
Demonstrações de Resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

	NE nº	31/12/2017	31/12/2016 (reapresentado)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	17	19.498	37.559
Custos operacionais		(212)	(7.490)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		19.286	30.069
Despesas operacionais			
Efeitos negativos da revisão tarifária	18	(24.203)	-
Material		(10)	(5)
Serviço de terceiros		(4.009)	(3.986)
Depreciação		(4)	(3)
Gerais e administrativas		(297)	(85)
Honorários dos administradores		(351)	(337)
		(28.874)	(4.416)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		(9.588)	25.653
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		502	485
Despesas financeiras		(3.642)	(4.081)
		(3.140)	(3.596)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		(12.728)	22.057
Imposto de renda e contribuição social			
Imposto de renda e contribuição social		(755)	(635)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.562	(1.187)
		807	(1.822)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		(11.921)	20.235

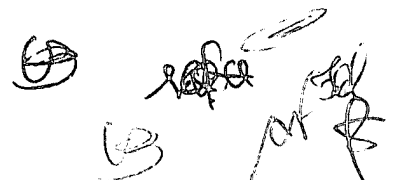
As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras



Demonstrações de Resultados Abrangentes
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
Em milhares de reais

	NE nº	31/12/2017	31/12/2016
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		(11.921)	20.235
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		(11.921)	20.235

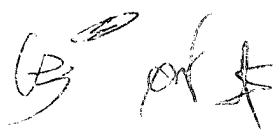
As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras



Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
Em milhares de reais

	NE nº	Capital Social Integralizado	RESERVA DE LUCROS					Lucros ou Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido Total
			Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Reserva de Lucros a Realizar	Lucros à disposição da AGO	Lucros ou Prejuízos Acumulados		
Saldo em 31 de dezembro de 2015		68.691	1.504	-	13.069	11.628	-	94.892	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	20.235	
Reserva de lucros a realizar conforme AGO 28.04.16		-	-	11.628	(11.628)	-	-	-	
Reversão de dividendos conforme AGO 28.04.16		-	-	3.876	-	-	-	-	
Destinação proposta à AGO		-	-	-	-	-	-	-	
Reserva legal		-	1.012	-	-	-	(1.012)	-	
Dividendos		-	-	-	-	-	(4.805)	(4.805)	
Lucro à disposição da AGO		-	-	-	14.418	-	(14.418)	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2016		68.691	2.516	-	28.573	14.418	-	114.198	
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(11.921)	(11.921)	
Aumento de capital com afac recebido no exercício anterior		4.400	-	-	-	-	-	4.400	
Absorção do prejuízo do exercício		-	-	-	(11.921)	-	11.921	-	
Transferências propostas à AGO		-	-	(28.573)	(2.497)	-	-	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2017		73.091	2.516	31.070	-	-	-	106.677	

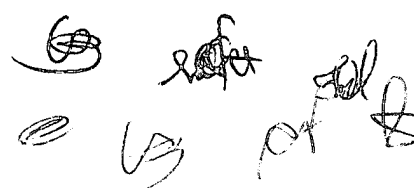
As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
 Em milhares de reais

	NE nº	31/12/2017	31/12/2016 (reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro ou prejuízo líquido do exercício		(11.921)	20.235
Ajustes por			
Variações monetárias não realizadas - líquidas		3.623	4.068
Imposto de renda e contribuição social		755	635
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(1.562)	1.187
Variações no ativo financeiro	6	22.256	(19.569)
Depreciação e amortização		4	3
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		13.155	6.559
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		271	(466)
Outros créditos		53	(32)
Tributos a recuperar		8	2
Despesas do exercício seguinte		(37)	(11)
Outros ativos		-	(3)
		295	(510)
Aumento (redução) dos passivos			
fornecedores		(333)	(319)
Obrigações fiscais		(5)	(21)
Encargos setoriais		22	391
Outros passivos		233	(3.876)
Litígios - provisões judiciais quitadas		(897)	-
		(980)	(3.825)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		12.470	2.224
Imposto de renda e contribuição social pagos		(730)	(621)
Encargos de financiamentos pagos		(3.308)	(3.613)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		8.432	(2.010)

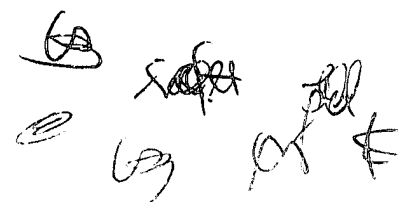
*Continua



Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
 Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
 Em milhares de reais

	NE nº	31/12/2017	31/12/2016 (reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras		(189)	(136)
Aquisições de imobilizado		(5)	(3)
Aquisições de intangível		(2)	-
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(196)	(139)
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento			
Recebimento de AFAC		-	4.400
Retorno de dividendos do passivo para o patrimônio líquido		-	3.876
Amortização de principal de financiamentos		(4.805)	(4.773)
Dividendos pagos		(4.806)	-
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(9.611)	3.503
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		(1.375)	1.354
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		3.324	1.970
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		1.949	3.324
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(1.375)	1.354

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras



Marumbi Transmissora de Energia S/A

C.N.P.J./M.F. 14.820.785/0001-53

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Marumbi Transmissora de Energia S.A, é uma Companhia de capital fechado e está registrada no CNPJ sob o nº 14.820.785/0001-53, e Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE sob o nº 41300083843, com sede e foro para todos os efeitos legais na Rua Comendador Araújo, nº 143, bairro Centro, CEP: 80420-000, na cidade de Curitiba, estado do Paraná.

As suas atividades estão sob concessão e reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, através do Contrato de Concessão nº 008/2012 – ANEEL, que regula a concessão do Serviço Público de Transmissão outorgada pelo Decreto s/nº, de 16 de abril de 2012, publicado no Diário Oficial em 17 de abril de 2011, pelo prazo de 30 (trinta) anos, contado a partir de sua data de celebração, para construção, operação e manutenção das Instalações de Transmissão, caracterizadas no Anexo 6F do Edital do Leilão nº 06/2011 – ANEEL – “Características e requisitos Básicos das Instalações de Transmissão”.

A Companhia tem por objeto social a implantação, operação comercial e exploração do negócio energia elétrica mediante concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão da rede básica do SIN - Sistema Interligado Nacional, conforme abaixo descrito:

- LT 525 kV Curitiba - Curitiba Leste, CS, 29,04 km;
- SE 525/230 kV Curitiba Leste (3 +1 res.) x 224 MVA.

Ainda, no referido contrato de concessão, a Marumbi Transmissora de Energia ficou responsável pela construção e implantação das seguintes instalações de interligação do sistema de transmissão;

- Subestação Curitiba Leste: trecho de Linha de Transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 1,5 km, compreendido entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão em 230 kV Uberaba - Posto Fiscal e a subestação Curitiba Leste, as Entradas de Linha correspondentes na Subestação Curitiba Leste;
- Subestação Curitiba Leste: trecho de Linha de Transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 7,5 km, compreendido entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão em 230 kV Santa Mônica - Distrito Industrial de São José dos Pinhais e a subestação Curitiba Leste, as Entradas de Linha correspondentes na Subestação Curitiba Leste.

Os equipamentos e instalações referentes aos seccionamentos em 230 kV serão transferidos para a COPEL-GET, concessionária da linha de transmissão seccionada, conforme disposto na Resolução Normativa nº. 67/2004.

O departamento de contabilidade da Marumbi e da Copel GET estão em fase final de análise dos ativos a serem transferidos. O registro de transferência, na contabilidade de ambas as Companhias, deve ser finalizado no 1º semestre de 2018.

- ANEEL emitiu a Resolução Autorizativa nº 4.807, datada de 26.08.2014 autorizando a MARUMBI a instalar 02 (dois) conjuntos de Bancos de Capacitores de 100 MVar em 230 kV e conexões na Subestação CURITIBA LESTE 525kV

Marumbi Transmissora de Energia S/A

C.N.P.J./M.F. 14.820.785/0001-53

2.5 Estrutura de apresentação das demonstrações

Qualquer alteração na estrutura de apresentação das demonstrações financeiras em relação ao exercício anterior, visa apenas alinhar com a estrutura das demonstrações financeiras da COPEL GET, acionista majoritária, não alterando em nenhum momento os fatos contábeis já registrados.

2.6 Julgamento da administração quanto à continuidade operacional

A Marumbi possui a concessão para a transmissão de energia até 2042 e a administração considera nula quaisquer riscos de não continuidade operacional.

NOTA 3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1 Apuração de resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.2 Classificação de itens circulantes e não circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses, são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses, são classificados como itens não circulantes.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e investimentos temporários de curto prazo de liquidez imediata. Os investimentos temporários de curto prazo estão registrados por seus valores justos.

3.4 Instrumentos financeiros

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

3.4.1 - Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais, sobre um ativo financeiro em uma transação, no qual, essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros são classificados em "mantidos até o vencimento" caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de garantir os títulos de dívida até a data de expiração. Tais Ativos Financeiros, são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento, são mensurados pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, caso aplicável.

3.4.2 - Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece todos passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado), inicialmente na data de negociação, na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Marumbi Transmissora de Energia S/A

C.N.P.J./M.F. 14.820.785/0001-53

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos, na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: "fornecedores" e "outras contas a pagar".

3.4.3 - Ativos e passivos financeiros vinculados à concessão

Contas a receber vinculadas à concessão

Refere-se a créditos a receber, relacionados aos contratos de concessão da atividade de transmissão e estão representados pelos seguintes valores: (i) receita de construção da infraestrutura de transmissão para sua disponibilização aos usuários; e (ii) remuneração financeira garantida pelo Poder Concedente, durante o prazo da concessão sobre tais receitas.

A receita do Contrato de Concessão de transmissão é realizada pela disponibilização da infraestrutura aos usuários do sistema, não tem risco de demanda e é, portanto, considerada receita garantida, denominada Receita Anual Permitida - RAP, a ser recebida durante o prazo da concessão. Os valores são faturados mensalmente aos usuários da infraestrutura, conforme relatório emitido pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. No vencimento da concessão, se houver saldo remanescente ainda não recebido, relacionado à construção da infraestrutura, esse será recebido diretamente do Poder Concedente, por ser um direito incondicional de receber caixa, conforme previsto no Contrato de Concessão, à título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da RAP.

Devido à Marumbi estar em fase de operação, não há receita de construção.

A Marumbi adota as mesmas práticas de contabilização do ativo financeiro utilizada pela Controladora Majoritária, Copel Geração e Transmissão S.A., conforme N.E. nº 06.

Contas a receber vinculadas à indenização da concessão

Refere-se ao valor residual à receber ao final da concessão, referente à obra de implantação de banco de capacitores na SE Curitiba Leste.

3.5 - Demais ativos circulantes e não circulantes

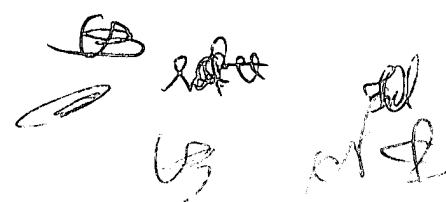
São demonstrados os valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

3.6 - Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias.

3.7 - Capital social

A Companhia possui somente ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, livre de quaisquer efeitos tributários.



Marumbi Transmissora de Energia S/A

C.N.P.J./M.F. 14.820.785/0001-53

3.8 - Receita de aplicação financeira

A receita de aplicação financeira é reconhecida *pró-rata die* com base no método da taxa de juros efetiva ou, quando aplicável, pelas variações de mercado dos instrumentos financeiros.

3.9 - Forma de tributação

A Concessionária adota para o exercício o regime tributário do Lucro Presumido para fins de reconhecimento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ, adicional IRPJ e para a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL.

3.10 - Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3.11 - Imobilizado e Intangível

O imobilizado e o intangível são apresentados pelo custo histórico de aquisição, subtraída a depreciação/amortização.

3.12 Reapresentação de saldos comparativos

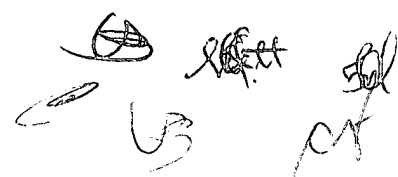
Após revisão de suas práticas contábeis, a Companhia, objetivando a melhor apresentação de seu desempenho operacional e financeiro e visando atender às normas contábeis, concluiu ser importante a reapresentação de saldos de 2016 no Balanço Patrimonial - Passivo, Demonstrações do Resultado e Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

As reclassificações efetuadas não alteram o total dos ativos, passivos, o patrimônio líquido e o lucro líquido (prejuízo) do exercício atual e comparativo.

Para fins de comparabilidade, serão demonstradas a seguir as demonstrações reapresentadas:

3.12.1 - Balanço patrimonial - passivo

PASSIVO	31/12/2016	Reclassificação	31/12/2016
	Apresentado		Reapresentado
CIRCULANTE			
Fornecedores	6.900	(6.771)	129
Obrigações sociais e trabalhistas	-	3	3
Obrigações fiscais	199	(3)	196
Outros credores diversos	-	231	231
Demais contas do passivo circulante	10.661	-	10.661
	17.760	(6.540)	11.220
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	-	3.129	3.129
Contingências - Provisões judiciais	-	3.411	3.411
Demais contas do passivo não circulante	53.931	-	53.931
	53.931	6.540	60.471
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	114.198	-	114.198
TOTAL PASSIVO E PL	185.889	-	185.889



Marumbi Transmissora de Energia S/A

C.N.P.J./M.F. 14.820.785/0001-53

Na representação de 2016, no Balanço Patrimonial, ocorreram reclassificações de saldos em contas do passivo circulante e do passivo não circulante, onde:

1. A conta 'obrigações sociais e fiscais' foi representada com o desmembramento em 'obrigações sociais e trabalhistas' e 'obrigações fiscais';
2. A conta 'fornecedores' do passivo circulante, foi representada de forma desmembrada, sendo transferido valores para as rubricas 'outros credores diversos', 'fornecedores - passivo não circulante' e 'contingências - provisões judiciais'.

3.12.2 - Demonstrações dos resultados do exercício

	31/12/2016 Apresentado	Reclassificação	31/12/2016 Reapresentado
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	30.069	-	30.069
Despesas operacionais			
Amortização	(16)	16	-
Gerais e administrativas	(69)	(16)	(85)
Demais despesas operacionais	(4.331)	-	(4.331)
	(4.416)	-	(4.416)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DO	25.653	-	25.653
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	485	-	485
Despesas financeiras	(42)	(4.039)	(4.081)
Encargos da Dívida	(4.039)	4.039	-
	(3.596)	-	(3.596)
LUCRO OPERACIONAL	22.057	-	22.057
Imposto de renda e contribuição social	(1.822)	-	(1.822)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	20.235	-	20.235

Na representação de 2016, nas Demonstrações dos Resultados do Exercício, ocorreram reclassificações de saldos em conta de despesas operacionais e do resultado financeiro, onde:

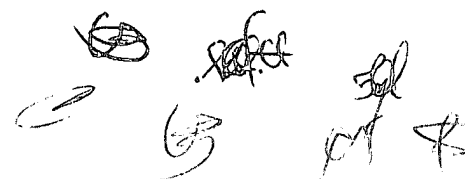
1. O Saldo da conta 'amortização' foi transferido para 'despesas gerais e administrativas' por se tratar de despesas dessa natureza.
2. As contas 'despesas financeiras' e 'encargos da dívida' foram agrupadas na conta 'despesas financeiras';

3.12.3 - Demonstrações dos fluxos de caixa

Nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa o exercício de 2016 foi reapresentado, de forma a permitir a comparabilidade entre os exercícios 2016 e 2017.

Na representação de 2016, nas demonstrações dos fluxos de caixa, ocorreram reclassificações de saldos e desmembramento de valores em contas dos grupos de *ajustes dos lucros, das atividades operacionais, atividades de investimento e atividades de financiamentos*, conforme detalhado no quadro a seguir.

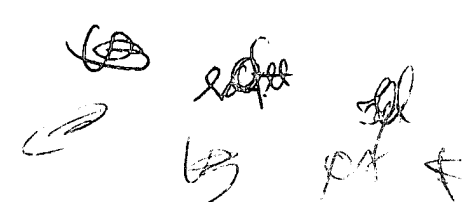
Não houve nenhuma alteração no saldo inicial de caixa, no saldo final de caixa e nem na variação líquida do caixa no exercício reapresentado - 2016.



Marumbi Transmissora de Energia S/A

C.N.P.J./M.F. 14.820.785/0001-53

Demonstrações dos fluxos de caixa	31/12/2016 Apresentado	Reclassificação	31/12/2016 Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro ou prejuízo líquido do exercício	22.058	(1.823)	20.235
Ajustes por			
Variações monetárias não realizadas - líquidas	-	4.068	4.068
Imposto de renda e contribuição social	(1.822)	2.457	635
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	1.187	1.187
Retorno dos dividendos para reserva de lucros	(3.876)	3.876	-
Variações no ativo financeiro	-	(19.569)	(19.569)
Depreciação e amortização	-	3	3
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	16.360	(9.801)	6.559
Redução (aumento) dos ativos			
Cientes	(466)	-	(466)
Outros créditos	-	(32)	(32)
Tributos a recuperar	2	-	2
Despesas do exercício seguinte	-	(11)	(11)
Outros ativos	(179)	176	(3)
	(643)	133	(510)
Aumento (redução) dos passivos			
Obrigações sociais e trabalhistas	(21)	21	-
fornecedores	(319)	-	(319)
Obrigações fiscais	-	(21)	(21)
Encargos setoriais	-	391	391
Outros passivos	1.591	(5.467)	(3.876)
	1.251	(5.076)	(3.825)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	16.968	(14.744)	2.224
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(621)	(621)
Encargos de financiamentos pagos	-	(3.613)	(3.613)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIV. OPERAC.	16.967	(18.977)	(2.010)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras	-	(136)	(136)
Ativo financeiro	(19.569)	19.569	-
Aquisições de imobilizado	(1)	(2)	(3)
Aquisições de intangível	-	-	-
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIV. DE INVESTIMENTO	(19.570)	19.431	(139)
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento			
Recebimento de AFAC	4.400	-	4.400
Retorno de dividendos do passivo para o patrimônio líquido	3.876	-	3.876
Amortização de principal de financiamentos	(4.318)	(455)	(4.773)
Dividendos pagos	-	-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	3.958	(455)	3.503
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	1.354	-	1.354
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	1.970	-	1.970
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	3.324	-	3.324
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.354	-	1.354



Marumbi Transmissora de Energia S/A

C.N.P.J./M.F. 14.820.785/0001-53

3.13 Novas normas contábeis

3.13.1 - IFRS 15 – “Receitas de Contrato com Clientes” (CPC – 47)

Estabelece novos princípios para o reconhecimento, mensuração e divulgação de receitas com clientes. Os requerimentos do IFRS 15 estipulam que a receita seja reconhecida quando o cliente obtém controle sobre as mercadorias ou serviços prestados, o que altera o modelo atual que se baseia na transferência de riscos e benefícios. Adicionalmente a receita deve ser reconhecida mediante o cumprimento de obrigações de performance. A nova norma é efetiva para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018

A Companhia avaliou os efeitos da adoção da nova norma em suas demonstrações financeiras e não identificou alterações que tragam impactos relevantes para a sua aplicação.

3.13.2 - IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros” (CPC – 48)

Estabelece um novo modelo para classificação de ativos financeiros, baseado nas características dos fluxos de caixa e no modelo de negócios usado para gerir o ativo. Altera os princípios para reconhecimento de redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros de perdas incorridas para um modelo baseado nas perdas esperadas. Estabelece novos requisitos relacionados à contabilidade de hedge. A nova norma é efetiva para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Companhia avaliou os efeitos da adoção da nova norma em suas demonstrações financeiras e não identificou alterações que tragam impactos relevantes para a sua aplicação.

3.13.3 - IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros” (CPC – 48)

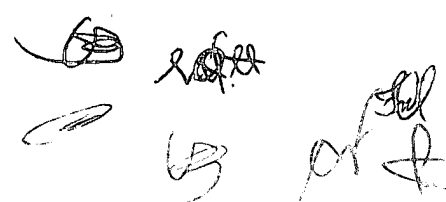
Estabelece que arrendamentos financeiros e operacionais passam a ter o mesmo tratamento contábil, ficando de fora do escopo dessa nova norma apenas contratos de até 12 meses ou de pequenos montantes. Determina assim que os arrendatários passam a ter que reconhecer em seu passivo os pagamentos futuros e em seu ativo o direito de uso/imobilizado do bem arrendado. De forma a reconhecer em resultado apenas despesas com depreciação ou amortização e não mais despesas de arrendamento. A nova norma é efetiva para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Companhia continua avaliando os efeitos da adoção da nova norma em suas demonstrações financeiras.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/dez 2017	31/dez 2016
Banco conta movimento e fundo rotativo de caixa	21	55
Aplicações financeiras de liquidez imediata	1.928	3.269
	<u>1.949</u>	<u>3.324</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Essas aplicações financeiras, referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador de revendê-lo no futuro.



Marumbi Transmissora de Energia S/A
C.N.P.J./M.F. 14.820.785/0001-53

NOTA 5 - CLIENTES

O ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico, emite mensalmente os AVC's Avisos de Créditos relativos à apuração mensal dos serviços e encargos de transmissão - AVC, provenientes do CPST - Contrato de Prestação de Serviço de Transmissão n. 018/2012.

A concessionária de transmissão possui contrato com o ONS. Da mesma forma os clientes possuem contrato com o ONS. Não há contrato direto entre transmissoras e clientes. O ONS faz mensalmente a apuração e determina quanto cada cliente deve pagar a cada transmissora. No entanto a cobrança é feita diretamente entre transmissora e cliente.

Toda inadimplência é comunicada ao ONS, que comunica o cliente e pode, conforme cada caso, executar a garantia, retirar o cliente da apuração mensal e, em último caso, cancelar o contrato com o cliente e retirá-lo do sistema de transmissão.

Conta Clientes - Por Prazo de Vencimento

Em R\$/mil	31/dez	31/dez
	2017	2016
Títulos a vencer	1.836	2.155
Vencidos de 1 a 30 dias	1	6
Vencidos de 31 a 60 dias	14	4
Vencidos de 61 a 90 dias	0	2
Vencidos a mais de 90 dias	<u>130</u>	<u>85</u>
	1.981	2.252

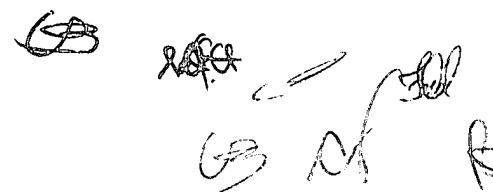
NOTA 6 - ATIVO FINANCEIRO

A Companhia possui os seguintes valores contabilizados como contas a receber do poder concedente:

ATIVO FINANCEIRO - SALDOS E VARIAÇÕES	31/dez	31/dez	Variação
Em R\$/mil	2017	2016	AF
Ativo financeiro amortizável	193.670	200.035	(6.365)
(-) Amortização do ativo financeiro	(14.007)	(22.303)	8.296
(-) Efeitos negativos da revisão tarifária	<u>(24.203)</u>	<u>-</u>	<u>(24.203)</u>
	155.460	177.732	(22.272)
Ativo financeiro indenizável	<u>151</u>	<u>135</u>	<u>16</u>
	151	135	16
<i>(i) A amortização do ativo financeiro iniciou-se em 2015.</i>			
Total do ativo financeiro (amortizável e indenizável)	155.611	177.867	(22.256)

A operação da Companhia se enquadra nas hipóteses previstas no ITG 01 (ICPC-01 R1/IFRIC12), pois a MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A, é titular de uma "concessão" e a infraestrutura dentro do alcance desta interpretação, não será registrada como ativo imobilizado da Companhia, porque o Contrato de Concessão não transfere ao concessionário o direito de controlar o uso da infraestrutura de serviços públicos. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no Contrato.

As resoluções homologatórias 2.257 e 2.258/17 definiram a redução da RAP da Marumbi em - 10,04 % para o ciclo 2017/2018.



Marumbi Transmissora de Energia S/A

C.N.P.J./M.F. 14.820.785/0001-53

Em conformidade com as resoluções, o fluxo de caixa da modelagem econômica do Ativo Financeiro foi atualizado para a novo valor presente.

Dessa forma, em julho de 2017, foi contabilizado o valor de -R\$ 24.203 como efeitos negativos da revisão tarifária, de forma a ajustar o valor presente do ativo financeiro.

A variação negativa expressiva no valor do ativo financeiro da Companhia deve-se a queda da RAP, ocorrida após processo de revisão tarifária da ANEEL, conforme explicado na NE 18.

NOTA 7 – DEPÓSITOS VINCULADOS

A conta reserva denominada depósitos vinculados é a garantia exigida no contrato de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, onde é mantido o mínimo de três parcelas do financiamento.

CONTA GARANTIDA NA CEF	31/dez	31/dez
Em R\$/mil	2017	2016
CONTA GARANTIDA - BNDES	<u>2.531</u>	<u>2.342</u>
	2.531	2.342

NOTA 8 - FORNECEDORES

Compreende as contas a pagar de fornecedores de materiais e serviços, vinculados à atividade da Companhia.

FORNECEDORES	reapresentado	
	31/dez	31/dez
Em R\$/mil	2017	2016
Fornecedores de materiais	0	107
Fornecedores de serviços PJ	<u>27</u>	<u>22</u>
	27	129

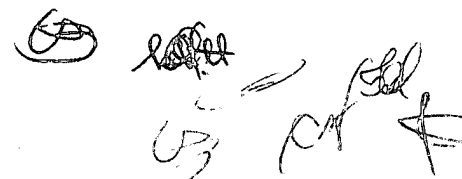
NOTA 9 - FINANCIAMENTOS

FINANCIAMENTO BNDES	31/dez		Valor	Valor	Encargos	Qtde
	2017	2016				
Em R\$/mil						
BNDES Sub-crédito A - TJLP	29.527	31.752	33.460	33.460	2,00% a.a. + TJLP	168
BNDES Sub-crédito B	<u>14.344</u>	<u>16.609</u>	<u>21.577</u>	<u>19.520</u>	6,0% a.a.	106
	43.871	48.361	55.037	52.980		
Curto Prazo	5.220	5.190				
Longo Prazo	38.651	43.171				
Taxa média ao mês	0,68%	0,68%				

O financiamento do BNDES de número decisão de diretoria de 585/2014, de 8 de julho de 2014, que originou o contrato de financiamento para abertura de crédito nº 14.2.0585.1, no valor de R\$ 55,03 milhões, divididos em 2 (dois) Sub-crédito nos seguintes valores e prazos:

I. Sub-crédito "A": R\$ 33,46 milhões em 168 (Cento e Sessenta e Oito) meses, sendo as prestações mensais e sucessivas.

II. Sub-crédito "B": R\$ 21,57 milhões, em 106 (Cento e Seis) meses, sendo as prestações mensais e sucessivas.



Marumbi Transmissora de Energia S/A

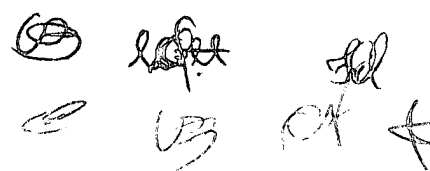
C.N.P.J./M.F. 14.820.785/0001-53

Sobre o principal da dívida relativo ao Sub-crédito "A", incidirão juros de 2% ao ano (a título de remuneração), acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil e sobre o principal da dívida relativo ao Sub-crédito "B" incidirão juros de 6% ao ano (a título de remuneração).

Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do financiamento do BNDES, até a final liquidação de todas as obrigações, como o principal da dívida, juros, comissões, pena convencional, multas e despesas, os intervenientes COPEL GET e ELETROSUL, acionistas da Marumbi, dão em garantia, em favor do BNDES a totalidade das ações de emissão da Marumbi.

Nos termos do contrato de financiamento, mediante repasse de recursos do BNDES nº 14.2.0585.1, apresenta-se nesta NE o Índice de Cobertura de Serviço da Dívida - ICSD, calculado de acordo com as premissas estabelecidas no anexo I ao Contrato de Financiamento, que tem como finalidade medir a capacidade de pagamento do serviço da dívida com relação ao EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização).

Cálculo do ICSD - Índice de Cobertura do Serviço da Dívida	01.Jan.17
BNDES	à
	31.Dez.17
a) Geração de Caixa da Atividade	10.703
(+) Disponibilidade (cx/eq.cx) final no período imediatamente anterior	-
(+) LAJIDA (EBITDA)	11.458
(-) Pagamento de Imposto de Renda	(498)
(-) Pagamento de Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	(257)
b) Serviço da Dívida	8.113
(+) Amortização de Principal	4.490
(+) Pagamento de Juros	3.623
c) ÍNDICE DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DÍVIDA = (a ÷ b)	1,32
LAJIDA (EBTDA) compõe:	11.458
(+/-) Lucro / Prejuízo Antes do Imposto de Renda	(12.728)
(+/-) Resultado Financeiro Líquido Negativo / Positivo	3.140
(+/-) Resultado com Equivalência Patrimonial Negativo / Positivo	-
(+) Depreciações e Amortizações	4
(+/-) Perdas (desvalorização) por Impairment / Reversão de Perdas anteriores	24.203
(+/-) Resultado com operações descontinuadas Negativo / Positivo	-
(-) Outras Receitas Operacionais	-
(+) PIS e COFINS diferidos no exercício por conta da aplicação da ICPC 01	-
(-) Margem de Construção (Receita de Construção - Custo de Construção)	213
(-) Receita com Ativo Financeiro da Concessão	(17.719)
(-) Receita p/ a cobertura dos gastos c/ O&M nas atividades de transmissão	(3.269)
(+) Receita Anual Permitida do Exercício - RAP (menos deduções da RAP)	19.176
(+/-) Outros Ajustes IFRS	(1.562)
CÁLCULO MARGEM EBITDA	EBITDA
	11.458
	ROL
	19.498
	Margem EBITDA
	0,59



Marumbi Transmissora de Energia S/A

C.N.P.J./M.F. 14.820.785/0001-53

NOTA 10 - OBRIGAÇÕES FISCAIS

Em R\$/mil	reapresentado	
	31/dez 2017	31/dez 2016
Tributos federais correntes	136	111
Tributos estaduais	-	1
Tributos municipais	1	1
Contribuições sociais	9	8
Tributos retidos na fonte a pagar	70	75
	216	196

NOTA 11 - DIVIDENDOS A PAGAR

Não houve destinação de dividendos a pagar em 2017, devido ao resultado negativo da Companhia no exercício.

Os dividendos propostos em 2016, R\$ 3.876, retornaram para a reserva de lucros a realizar, conforme decisão da - Assembleia Geral Ordinária - A.G.O. de 28 de abril de 2016.

NOTA 12 - ENCARGOS SETORIAIS

Considera-se encargos setoriais as obrigações oriundas da concessão.

Em R\$/mil	31/dez 2017	31/dez 2016
FNDCT	17	18
MME	6	7
P&D	192	107
RGR	400	462
TFSE	71	71
DEMAIS ENCARGOS SETORIAIS	1	-
	687	665

NOTA 13 - FORNECEDORES PASSIVO NÃO CIRCULANTE

O saldo de contrato a pagar para o fornecedor Toshiba, que encontra-se pendente de decisão sobre multa e claim, foi reclassificado para a conta fornecedores no passivo não circulante.

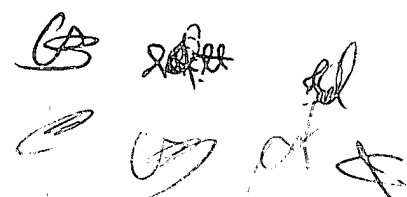
NOTA 14 - IMPOSTOS DIFERIDOS

As receitas societárias são calculadas com base no fluxo de caixa do ativo financeiro e são subdividas em receita com juros, receita com atualização monetária e receita com O&M.

Quando o lucro societário é superior ao lucro regulatório, é calculado o imposto de renda diferido e a contribuição social diferida sobre a parcela do lucro societário que excede o lucro regulatório, sendo lançado no resultado como despesa e tendo a contrapartida no passivo não circulante como IR e CSLL diferido.

Quando o lucro societário é inferior ao lucro regulatório é realizada a baixa/reversão do diferimento da tributação no Passivo.

	2017	2016
Imposto de renda	3.116	4.136
Contribuição social	1.682	2.224
	4.798	6.360



Marumbi Transmissora de Energia S/A

C.N.P.J./M.F. 14.820.785/0001-53

NOTA 15 - PROVISÕES PARA LITÍGIOS E PASSIVOS CONTINGENTES

CREDORES DIVERSOS	31/dez	31/dez
Em R\$/mil	2017	2016
Provisões judiciais	2.514	3.411
	2.514	3.411

Contingência - Risco possível adicional, conforme relatório do Jurídico: R\$ 3.158

NOTA 16 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO
16.1 Capital social

O Capital social subscrito e integralizado passou a ser de R\$ 73.091, dividido em igual quantidade de ações ordinárias sem valor nominal.

Em 30/05/2017, conforme Assembleia Geral Extraordinária - A.G.E. de mesma data, foi integralizado R\$ 4.400 provenientes de conta denominada Adiantamento para Futuros Aumento de Capital - AFAC.

16.2 Reservas de lucros
16.2.1 Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 37 do Estatuto Social e o artigo 193 da Lei Societária (6.404/76).

16.2.2 Reserva de retenção de lucros

Conforme proposta de destinação de reservas, os montantes das contas reservas de lucros a realizar e lucros a disposição da assembleia, foram reclassificados para a conta reserva de retenção de lucros.

16.2.3 Reserva de lucros a realizar

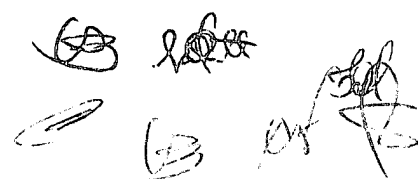
A reserva de lucros a realizar é constituída para estabelecer o montante dos dividendos mínimos obrigatórios, que excede o lucro realizado financeiramente e que a Companhia optou por não distribuir.

16.3 Destinação do lucro do período

O quadro abaixo evidencia a Destinação do Lucro do Período de 2016.

Para 2017 não houve destinação de lucro em razão da empresa ter encerrado o exercício com prejuízo contábil em razão dos efeitos negativos da revisão tarifária, conforme descrito na NE 06, que trata do ativo financeiro.

Em R\$/mil	31/dez	31/dez
	2017	2016
Lucro do período	(11.921)	20.235
Reserva legal	5%	5%
Constituição da reserva legal	-	1.012
	(11.921)	19.224
Dividendos propostos	-	(4.806)
Prejuízo líquido do exercício	(11.921)	14.418



Marumbi Transmissora de Energia S/A

C.N.P.J./M.F. 14.820.785/0001-53

NOTA 17 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas da Companhia, por se tratar de concessionária de transmissão de energia, são auferidas pela remuneração do Ativo Financeiro.

Na fase pré-operacional a Companhia auferia receita de construção. Após a entrada em operação a Companhia passou a auferir receitas com juros, atualização monetária e O&M - Operação e manutenção.

Em R\$/mil	31/dez 2017	31/dez 2016
TRANSMISSÃO		
Receita de O&M	3.269	3.962
Receita com juros e atualiz. monetária	17.719	24.057
Receita de construção	-	10.959
TOTAL DAS RECEITAS OPERACIONAIS	20.988	38.977
DEDUÇÕES		
(-) Encargos setoriais	(790)	(727)
(-) PIS e COFINS	(700)	(691)
TOTAL DAS DEDUÇÕES	(1.489)	(1.418)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19.498	37.559

NOTA 18 - EFEITOS NEGATIVOS DA REVISÃO TARIFÁRIA

As resoluções homologatórias 2.257 e 2.258/17 definiram a redução da RAP da Marumbi em -10,04 % para o ciclo 2017/2018.

Em conformidade com as resoluções, o fluxo de caixa da modelagem econômica do ativo financeiro foi atualizado para a novo valor presente.

Dessa forma, em julho de 2017, foi contabilizado o valor de -R\$ 24.203 como efeitos negativos da revisão tarifária, de forma a ajustar o valor presente do ativo financeiro.

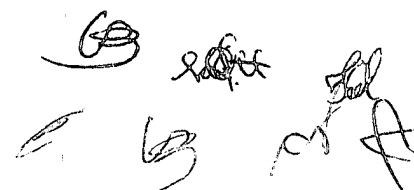
NOTA 19 - SEGUROS

O imobilizado de transmissão, pertence ao poder concedente, sendo aplicado à Companhia a contabilização através do ativo financeiro. Porém, é responsabilidade da Companhia a operação e manutenção do sistema de transmissão sob sua concessão, portanto, para mitigar riscos e prejuízos, a Companhia contratou seguros, conforme abaixo:

Seguros de riscos nomeados: Incêndio, raio, explosão de qualquer natureza, vendaval, furacão, ciclone, tornado, queda de aeronaves ou quaisquer outros engenhos aéreos ou espaciais, impacto de veículos terrestres, fumaça, danos elétricos e danos materiais para o Empreendimento **MARUMBI**, conforme tabela de coberturas do seguro:

COBERTURAS	(R\$/MIL)
Incêndio	40.755
Danos Elétricos	2.500
Despesas de Salvamento e Contenção de Sinistros	50
Quebra de Máquinas	2.500
Roubo/Furto Mediante arrombamento	200
Despesas extraordinárias	500
Tumultos, Greves, lockout e Atos Dolosos	500
Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado, Granizo, Impacto de veículos e Queda de aeronaves	5.000

Contrato Marumbi 001/2017 / Apólice 1389/000024/96



Marumbi Transmissora de Energia S/A

C.N.P.J./M.F. 14.820.785/0001-53

NOTA 20 - PARTES RELACIONADAS

O quadro abaixo demonstra os saldos com partes relacionadas:

	2017	2016
Copel - Contrato de Compartilhamento RH	229	-
Copel DIS - Energia elétrica	4	-
	<u>233</u>	<u>-</u>

A Companhia possui as seguintes transações com partes relacionadas:

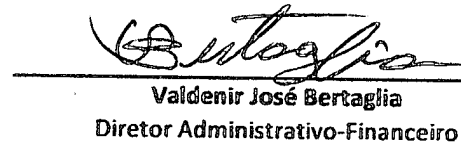
1. Contrato de compartilhamento de recursos humanos com a Copel;
2. Contrato de O&M com a Copel Geração e Transmissão;
3. Contratação de energia elétrica da Copel Distribuição;
4. Contratação de internet da Copel Telecomunicações.

Curitiba, 15 de março de 2018.

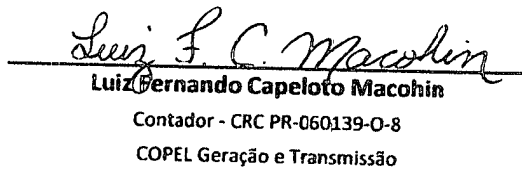
DIRETORIA EXECUTIVA



Alfonso Schmitt
Diretor Presidente



Valdenir José Bertaglia
Diretor Administrativo-Financeiro



Luiz Fernando Capeloto Macolin
Contador - CRC PR-060139-O-8
COPEL Geração e Transmissão

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Conselheiros da
MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reemissão de relatório

Em 30 de janeiro de 2018 emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre o balanço patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir as mudanças de políticas contábeis, descrita na nota explicativa 3.12. Conseqüentemente, estamos reemitindo nessa data nosso relatório, que não contém ressalva ou qualquer outro tipo de modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

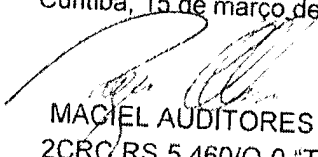
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os Administradores da Companhia a respeito da auditoria e das constatações efetuadas, dentre outros aspectos do alcance planejado, inclusive acerca de eventuais inadequações que possam existir nos controles internos.

Curitiba, 15 de março de 2018



MACIEL AUDITORES S/S
2CRC/RS 5.460/O-0 "T" SP
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
1CRC/RS 71.505/O-3 "T" SP - S - PR
Sócio Responsável Técnico

Handwritten initials and marks: @, F73, PA



ANEXO II

Handwritten initials and signatures.

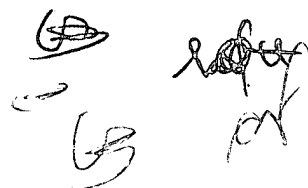
PROPOSTA DA DIRETORIA PARA ABSORÇÃO DO PREJUÍZO APURADO NO EXERCÍCIO DE 2017 E PARA TRANSFERÊNCIAS ENTRE AS RESERVAS DE LUCROS

Senhor Presidente do Conselho de Administração da Marumbi Transmissora de Energia S.A.

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias vigentes e, considerando que:

1. a Companhia apurou prejuízo no exercício de 2017, de acordo com a legislação societária;
2. há saldo nas rubricas de reserva legal, reserva de lucros a realizar e lucros à disposição da Assembleia Geral Ordinária, mantidas no patrimônio líquido da Companhia, correspondentes às destinações dos lucros líquidos apurados em exercícios anteriores a 2017;
3. o parágrafo único do artigo 189 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, estabelece que o prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem;
4. o inciso III do parágrafo 2º do artigo 178 da Lei nº 11.638, de 28.12.2007, excluiu a hipótese de apresentação de saldo credor na rubrica de lucros acumulados, nos balanços patrimoniais das sociedades por ações, tornando obrigatória a destinação integral do lucro líquido do exercício, quando verificado;
5. a existência de saldo na rubrica de lucros à disposição da Assembleia Geral Ordinária equivale à apresentação de lucros acumulados no balanço patrimonial da Companhia. Tal prática não atende ao disposto nos itens nºs 42 e 43 do Pronunciamento Contábil CPC nº 13 (Adoção inicial da Lei nº 11.638/2007), bem como, contraria o estabelecido no artigo nº 38 do Estatuto Social da Companhia;
6. o saldo da rubrica de reserva de lucros a realizar é composto por destinações constituídas acima do limite estabelecido pelo artigo 197 da Lei nº 11.638, de 28.12.2007;

a Diretoria decidiu submeter à deliberação da Assembleia Geral, por intermédio desse Colegiado – ouvido o Conselho Fiscal – proposta para as seguintes movimentações internas nas rubricas do patrimônio líquido da Companhia:



PROPOSTA DA DIRETORIA PARA ABSORÇÃO DO PREJUÍZO APURADO NO EXERCÍCIO DE 2017 E PARA TRANSFERÊNCIAS ENTRE AS RESERVAS DE LUCROS

- a) a absorção do prejuízo do exercício de 2017, no valor de **R\$ 11.920.775,77** (onze milhões, novecentos e vinte mil, setecentos e setenta e cinco reais e setenta e sete centavos), mediante utilização parcial do saldo de lucros à disposição da Assembleia Geral. Em decorrência de tal utilização, o saldo atual da mencionada rubrica, que é de **R\$ 14.417.600,39** (quatorze milhões, quatrocentos e dezessete mil, seiscentos reais e trinta e nove centavos), já deduzida a distribuição complementar de dividendos no valor de **R\$ 99,90** (noventa e nove reais e noventa centavos), deliberada pela Assembleia Geral Ordinária de 26.04.2017, passará a ser, transitoriamente, de **R\$ 2.496.824,62** (dois milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, oitocentos e vinte e quatro reais e sessenta e dois centavos);
- b) a transferência do saldo remanescente da rubrica de lucros à disposição da Assembleia Geral, após a absorção do prejuízo do exercício, anteriormente mencionada, no valor de **R\$ 2.496.824,62** (dois milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, oitocentos e vinte e quatro reais e sessenta e dois centavos) para a reserva de retenção de lucros;
- c) a transferência do saldo da reserva de lucros a realizar, no valor de **R\$ 28.573.453,63** (vinte e oito milhões, quinhentos e setenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e sessenta e três centavos) para a reserva de retenção de lucros.

Em consequência destas movimentações, ocorrerá o zeramento dos saldos das rubricas de prejuízos acumulados, lucros à disposição da Assembleia Geral Ordinária e reserva de lucros a realizar. A reserva de retenção de lucros passará a apresentar o saldo de **R\$ 31.070.278,25** (trinta e um milhões, setenta mil, duzentos e setenta e oito reais e vinte e cinco centavos).

Seguem demonstrativos das mutações patrimoniais ora propostas:

Prejuízos acumulados	
Saldo em 31.12.2016	R\$ 0,00
Prejuízo do exercício de 2017	R\$ (11.920.775,77)
Absorção pelos lucros à disposição da Assembleia Geral Ordinária	R\$ 11.920.775,77
Saldo em 31.12.2017	R\$ 0,00

[Handwritten signatures and initials]

PROPOSTA DA DIRETORIA PARA ABSORÇÃO DO PREJUÍZO APURADO NO EXERCÍCIO DE 2017 E PARA TRANSFERÊNCIAS ENTRE AS RESERVAS DE LUCROS

Lucros à disposição da Assembleia Geral Ordinária	
Saldo em 31.12.2016	R\$ 14.417.700,29
Distribuição de dividendos conforme AGO de 26.04.2017	R\$ (99,90)
Saldo em 26.04.2017	R\$ 14.417.600,39
Absorção do prejuízo do exercício de 2017	R\$ (11.920.775,77)
Transferência para a reserva de retenção de lucros	R\$ (2.496.824,62)
Saldo em 31.12.2017	R\$ 0,00

Reserva de lucros a realizar	
Saldo em 31.12.2016	R\$ 28.573.453,63
Transferência para a reserva de retenção de lucros	R\$ (28.573.453,63)
Saldo em 31.12.2017	R\$ 0,00

Reserva de retenção de lucros	
Saldo em 31.12.2016	R\$ 0,00
Transferência de lucros à disposição da Assembleia Geral Ordinária	R\$ 2.496.824,62
Transferência da reserva de lucros a realizar	R\$ 28.573.453,63
Saldo em 31.12.2017	R\$ 31.070.278,25

As demonstrações financeiras do exercício de 2017 refletem os efeitos dos registros contábeis das propostas anteriormente especificadas, com base no pressuposto de sua aprovação pela Assembleia Geral, em analogia ao estabelecido no parágrafo 3º do artigo 176 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976.

Somos de parecer que as proposições acima atendem às disposições legais e estatutárias vigentes e aos interesses da Companhia e, por esse motivo, merecerão o pleno acolhimento desse Conselho e da Assembleia Geral.

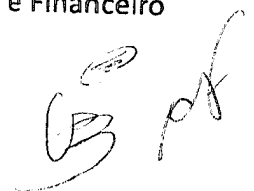
Curitiba, 23 de março de 2018



ALFONSO SCHMITT
Diretor Presidente



VALDENIR JOSÉ BERTAGLIA
Diretor Administrativo e Financeiro





Eletrobras
Eletrosul

ANEXO IV

PROPOSTA DA DIRETORIA PARA ABSORÇÃO DO PREJUÍZO APURADO NO EXERCÍCIO DE 2017 E PARA TRANSFERÊNCIAS ENTRE AS RESERVAS DE LUCROS

Senhor Presidente do Conselho de Administração da Marumbi Transmissora de Energia S.A.

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias vigentes e, considerando que:

1. a Companhia apurou prejuízo no exercício de 2017, de acordo com a legislação societária;
2. há saldo nas rubricas de reserva legal, reserva de lucros a realizar e lucros à disposição da Assembleia Geral Ordinária, mantidas no patrimônio líquido da Companhia, correspondentes às destinações dos lucros líquidos apurados em exercícios anteriores a 2017;
3. o parágrafo único do artigo 189 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, estabelece que o prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem;
4. o inciso III do parágrafo 2º do artigo 178 da Lei nº 11.638, de 28.12.2007, excluiu a hipótese de apresentação de saldo credor na rubrica de lucros acumulados, nos balanços patrimoniais das sociedades por ações, tornando obrigatória a destinação integral do lucro líquido do exercício, quando verificado;
5. a existência de saldo na rubrica de lucros à disposição da Assembleia Geral Ordinária equivale à apresentação de lucros acumulados no balanço patrimonial da Companhia. Tal prática não atende ao disposto nos itens nº 42 e 43 do Pronunciamento Contábil CPC nº 13 (Adoção inicial da Lei nº 11.638/2007), bem como, contraria o estabelecido no artigo nº 38 do Estatuto Social da Companhia;
6. o saldo da rubrica de reserva de lucros a realizar é composto por destinações constituídas acima do limite estabelecido pelo artigo 197 da Lei nº 11.638, de 28.12.2007;

a Diretoria decidiu submeter à deliberação da Assembleia Geral, por intermédio desse Colegiado – ouvido o Conselho Fiscal – proposta para as seguintes movimentações internas nas rubricas do patrimônio líquido da Companhia:



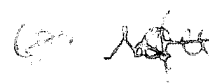
PROPOSTA DA DIRETORIA PARA ABSORÇÃO DO PREJUÍZO APURADO NO EXERCÍCIO DE 2017 E PARA TRANSFERÊNCIAS ENTRE AS RESERVAS DE LUCROS

- a) a absorção do prejuízo do exercício de 2017, no valor de **R\$ 11.920.775,77** (onze milhões, novecentos e vinte mil, setecentos e setenta e cinco reais e setenta e sete centavos), mediante utilização parcial do saldo de lucros à disposição da Assembleia Geral. Em decorrência de tal utilização, o saldo atual da mencionada rubrica, que é de **R\$ 14.417.600,39** (quatorze milhões, quatrocentos e dezessete mil, seiscentos reais e trinta e nove centavos), já deduzida a distribuição complementar de dividendos no valor de R\$ 99,90 (noventa e nove reais e noventa centavos), deliberada pela Assembleia Geral Ordinária de 26.04.2017, passará a ser, transitoriamente, de **R\$ 2.496.824,62** (dois milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, oitocentos e vinte e quatro reais e sessenta e dois centavos);
- b) a transferência do saldo remanescente da rubrica de lucros à disposição da Assembleia Geral, após a absorção do prejuízo do exercício, anteriormente mencionada, no valor de **R\$ 2.496.824,62** (dois milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, oitocentos e vinte e quatro reais e sessenta e dois centavos) para a reserva de retenção de lucros;
- c) a transferência do saldo da reserva de lucros a realizar, no valor de **R\$ 28.573.453,63** (vinte e oito milhões, quinhentos e setenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e sessenta e três centavos) para a reserva de retenção de lucros.

Em consequência destas movimentações, ocorrerá o zeramento dos saldos das rubricas de prejuízos acumulados, lucros à disposição da Assembleia Geral Ordinária e reserva de lucros a realizar. A reserva de retenção de lucros passará a apresentar o saldo de **R\$ 31.070.278,25** (trinta e um milhões, setenta mil, duzentos e setenta e oito reais e vinte e cinco centavos).

Seguem demonstrativos das mutações patrimoniais ora propostas:

Prejuízos acumulados	
Saldo em 31.12.2016	R\$ 0,00
Prejuízo do exercício de 2017	R\$ (11.920.775,77)
Absorção pelos lucros à disposição da Assembleia Geral Ordinária	R\$ 11.920.775,77
Saldo em 31.12.2017	R\$ 0,00



PROPOSTA DA DIRETORIA PARA ABSORÇÃO DO PREJUÍZO APURADO NO EXERCÍCIO DE 2017 E PARA TRANSFERÊNCIAS ENTRE AS RESERVAS DE LUCROS

Lucros à disposição da Assembleia Geral Ordinária	
Saldo em 31.12.2016	R\$ 14.417.700,29
Distribuição de dividendos conforme AGO de 26.04.2017	R\$ (99,90)
Saldo em 26.04.2017	R\$ 14.417.600,39
Absorção do prejuízo do exercício de 2017	R\$ (11.920.775,77)
Transferência para a reserva de retenção de lucros	R\$ (2.496.824,62)
Saldo em 31.12.2017	R\$ 0,00

Reserva de lucros a realizar	
Saldo em 31.12.2016	R\$ 28.573.453,63
Transferência para a reserva de retenção de lucros	R\$ (28.573.453,63)
Saldo em 31.12.2017	R\$ 0,00


Reserva de retenção de lucros	
Saldo em 31.12.2016	R\$ 0,00
Transferência de lucros à disposição da Assembleia Geral Ordinária	R\$ 2.496.824,62
Transferência da reserva de lucros a realizar	R\$ 28.573.453,63
Saldo em 31.12.2017	R\$ 31.070.278,25

As demonstrações financeiras do exercício de 2017 refletem os efeitos dos registros contábeis das propostas anteriormente especificadas, com base no pressuposto de sua aprovação pela Assembleia Geral, em analogia ao estabelecido no parágrafo 3º do artigo 176 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976.

Somos de parecer que as proposições acima atendem às disposições legais e estatutárias vigentes e aos interesses da Companhia e, por esse motivo, merecerão o pleno acolhimento desse Conselho e da Assembleia Geral.

Curitiba, 23 de março de 2018


ALFONSO SCHMITT
 Diretor Presidente


VALDENIR JOSÉ BERTAGLIA
 Diretor Administrativo e Financeiro